

# **Demonstrações Contábeis Regulatórias 2022**

**Companhia Energética do Ceará - Coelce**  
Enel Distribuição Ceará  
CNPJ: 07.047.251/0001-70

**Conteúdo**

<b>Relatório da administração regulatório.....</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....</b>	<b>18</b>
<b>Balancos regulatórios.....</b>	<b>22</b>
<b>Demonstrações dos resultados regulatórias .....</b>	<b>25</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes regulatórias .....</b>	<b>26</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias .....</b>	<b>27</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias .....</b>	<b>28</b>
<b>Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias.....</b>	<b>29</b>
<b>Declaração dos diretores .....</b>	<b>126</b>
<b>Termo de responsabilidade .....</b>	<b>127</b>

# Relatório da Administração Regulatório - 2022

Enel Distribuição Ceará

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ

**Relações com Investidores**

<https://www.enel.com.br/pr/investidores/enel-distribuicao-ceara.html> | [brasil.investorrelations@enel.com](mailto:brasil.investorrelations@enel.com)

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2022

#### Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Enel Distribuição Ceará”, ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração Regulatório e as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia, com o relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2021, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com (\*) não foram auditados pela auditoria independente KPMG Auditores Independentes (“KPMG”).

## 1 CONTEXTO SETORIAL E REGULATÓRIO

A Enel Distribuição Ceará é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME. A Companhia também está sujeita aos termos do seu contrato de concessão, que foi celebrado com a ANEEL em 1998, concedendo-lhe o direito de distribuir energia na sua área de concessão até maio de 2028.

A tarifa de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. Ambos estabelecem um teto para a tarifa e preveem ajustes anuais (reajuste tarifário), periódicos (a cada quatro anos) e extraordinários (quando há observância de um significativo desequilíbrio econômico-financeiro).

Nos ajustes das tarifas de energia elétrica, a ANEEL divide os custos de distribuição entre (i) custos não gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela A) e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela B). Na Parcela A estão inclusos, entre outros, o custo de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, o retorno sobre os investimentos relacionados à concessão, considerados na Base de Remuneração Regulatória (“BRR”) da Companhia, os custos e depreciação regulatória, e os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

Nos reajustes tarifários anuais, os custos da Parcela A são repassados aos clientes e os custos da Parcela B são corrigidos de acordo com o índice IGP-M ajustado pelo Fator X, que constitui em uma somatória do componente de produtividade, de trajetória de custos operacionais e de qualidade.

A data de aniversário dos reajustes anuais e revisões tarifárias da Enel Distribuição Ceará é em 14 de abril.

#### Bandeira Tarifária

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

# Relatório da Administração Regulatória

## Enel Distribuição Ceará 2022

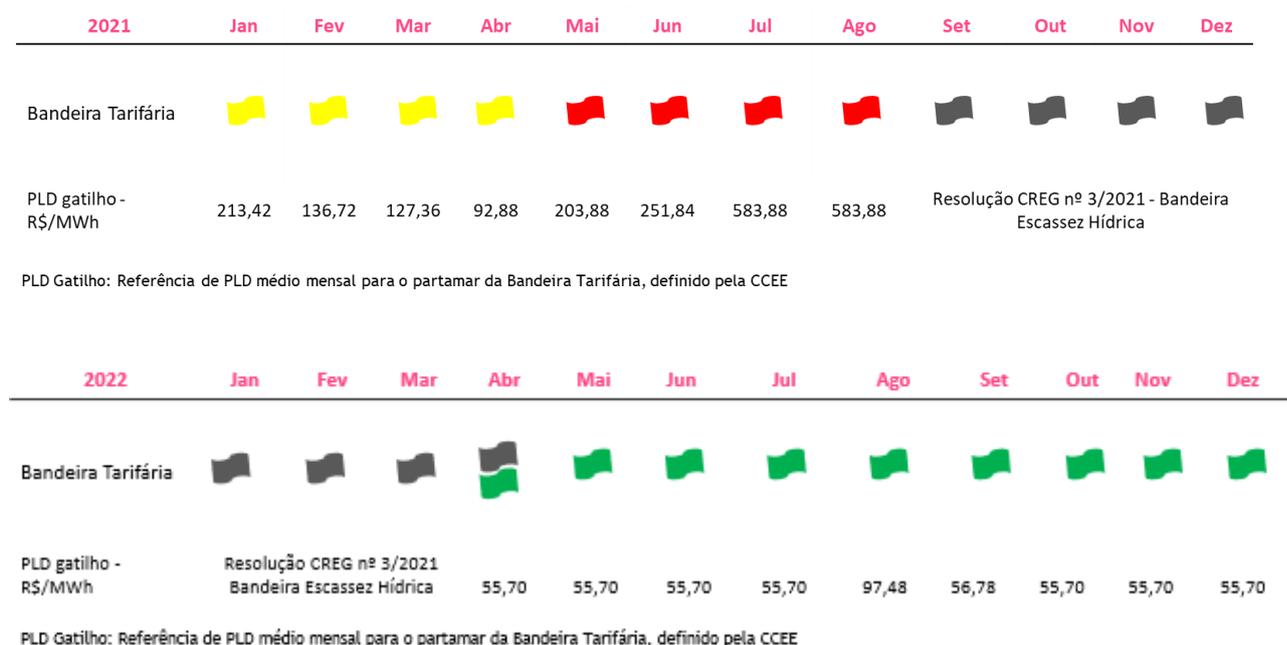


Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, a tarifa será acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

O cenário hidrológico para o primeiro semestre de 2022 foi de recuperação, o Governo Federal, antecipou o fim da vigência da Bandeira Escassez Hídrica em 15 dias, com isso, a bandeira tarifária verde passou a valer para todos os consumidores de energia a partir de 16 de abril de 2022 e ficou assim até o final de 2022.

As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2021 e 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:



### Reajuste Tarifário 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 19 de abril de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2022.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +13,43% composto por reajuste econômico de +12,88% e componente financeiro de +0,55%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +24,85%.

### Revisão tarifária extraordinária de 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 13 de julho de 2022, deliberou sobre a revisão tarifária extraordinária de 2022.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária da Companhia positivo de +10,02%, composto por reajuste econômico de +12,84% e componente financeiro de -2,82%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -3,01%.

Após a revisão tarifária extraordinária, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +21,09%.

### Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

## 2 PRINCIPAIS INDICADORES

### DESTAQUES DO PERÍODO

	2022	2021	Var. %
Receita Bruta (R\$ mil)	9.803.065	9.934.838	0,6%
Receita Líquida (R\$ mil)	6.507.055	6.651.256	5,7%
EBITDA (1) (R\$ mil)	1.093.527	791.793	29,9%
Margem EBITDA (%)	16,81%	11,90%	3,49 p.p
EBIT (2) (R\$ mil)	797.752	453.193	33,3%
Margem EBIT (%)	12,26%	6,81%	2,97 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	416.426	203.463	31,1%
Margem Líquida	6,40%	3,06%	1,46 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	12.597	12.680	-0,7%
CAPEX (R\$ mil)	1.560.114	1.088.170	43,4%
DEC (12 meses)*	10,08	12,02	-16,1%
FEC (12 meses)*	4,23	5,12	-17,4%
Índice de Arrecadação (12 meses)	97,53%	98,75%	-1,22 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	0,15	0,16	-159,0%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (2) EBIT: resultado do serviço

## 3 DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia encerrou 2022 com um incremento de 2,6% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrados em 2021. O acréscimo observado no mercado cativo entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial Baixa Renda.

Tal aumento é majoritariamente atribuído ao efeito da migração de clientes da classe Residencial Convencional pela implementação da resolução normativa 953/2021 da Aneel, que passou a vigorar em 2022, e tornou obrigatório a atualização cadastral e o enquadramento automático de clientes aptos a adesão em tal categoria. Além deste efeito, o crescimento observado também reflete a inclusão de novos entrantes e a recuperação de clientes irregulares que passaram a ser inseridos no faturamento.

O mercado livre, que segue em tendência de crescimento, apresentou um aumento de 18,8% em relação ao total de consumidores livres efetivos faturados no mesmo período do ano anterior, reflexo da migração de clientes do mercado cativo e retomada das atividades pós-período restritivo da pandemia.

**NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)\***

	2022	2021	Var. %
<b>Mercado Cativo</b>	<b>4.210.937</b>	<b>4.104.441</b>	<b>2,6%</b>
Residencial - Convencional	2.362.563	2.583.721	-8,6%
Residencial - Baixa Renda	1.069.324	711.050	50,4%
Industrial	5.823	5.963	-2,3%
Comercial	182.060	181.583	0,3%
Rural	539.690	570.546	-5,4%
Setor Público	51.477	51.578	-0,2%
<b>Clientes Livres</b>	<b>701</b>	<b>590</b>	<b>18,8%</b>
Industrial	209	182	14,8%
Comercial	476	394	20,8%
Rural	10	10	-
Setor Público	6	4	50,0%
<b>Revenda</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
<b>Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados</b>	<b>4.211.640</b>	<b>4.105.033</b>	<b>2,6%</b>
Consumo Próprio	323	315	2,5%
Consumidores Ativos Não Faturados	1.093	298.255	-99,6%
<b>Total - Número de Consumidores</b>	<b>4.213.056</b>	<b>4.403.603</b>	<b>-4,3%</b>

O mercado cativo totalizou 9.791GWh em 2022, redução de 2,7% do volume registrado em 2021 (10.066 GWh), reflexo dos efeitos climáticos atípicos (com o maior período médio de chuvas dos últimos anos) e impacto do aumento de geração distribuída.

**VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)\***

	2022	2021	Var. % (2)
Mercado Cativo	9.791	10.066	-2,7%
Cientes Livres	2.759	2.589	6,6%
Revenda	12	12	-
Consumo Próprio	35	13	>100,0%
<b>Total - Venda e Transporte de Energia</b>	<b>12.597</b>	<b>12.680</b>	<b>-0,7%</b>

(1) Variação entre 4T22 e 3T22; (2) Variação entre 2022 e 2021

A classe Residencial Baixa Renda apresentou em 2022 uma alta de 23,3%, no volume se comparado ao mesmo período de 2021, reflexo da migração entre classes abordada acima. Em contrapartida, a classe Residencial Convencional apresentou uma queda de 9,8% frente ao ano anterior, decorrente das condições climáticas desfavoráveis ao longo do período e da migração para classe Baixa Renda.

A classe industrial apresentou reduções de 8,7% em 2022 frente ao mesmo período do ano anterior, explicado pela migração destes clientes para o mercado livre e parcialmente pela base comparativa de 2021 que foi bastante positiva.

Na classe comercial, o ano de 2022 apresentou uma redução de 2,1% comparado ao mesmo período em 2021, decorrente da migração destes clientes para o mercado livre e das condições climáticas desfavoráveis no período.

Já a classe Rural registrou em 2022 uma queda de volume de 7,5% frente o ano de 2021 decorrente dos efeitos da chuva, onde os agricultores acionaram menos os equipamentos de irrigação.

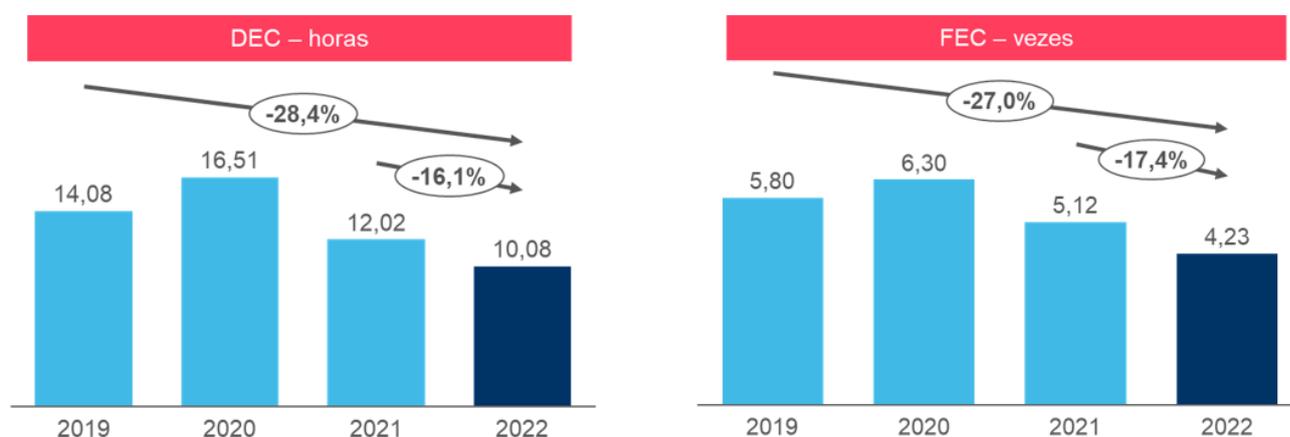
### VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)\*

	2022	2021	Var. %
Residencial - Convencional	3.769	4.180	-9,8%
Residencial - Baixa Renda	1.237	1.003	23,3%
Industrial	515	564	-8,7%
Comercial	1.509	1.542	-2,1%
Rural	1.181	1.277	-7,5%
Setor Público	1.580	1.500	5,3%
<b>Total - Venda de Energia no Mercado Cativo</b>	<b>9.791</b>	<b>10.066</b>	<b>-2,7%</b>

### Indicadores de Eficiência e Qualidade

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. O DEC apresentou uma queda de 16,1% em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior e de 28,4% ao período pré-pandemia, ficando muito próximo ao limite regulatório de 9,84. O FEC de 2022 apresentou uma redução de 17,4% em relação à 2021 e queda de 27,0% se comparado ao período pré-pandemia.

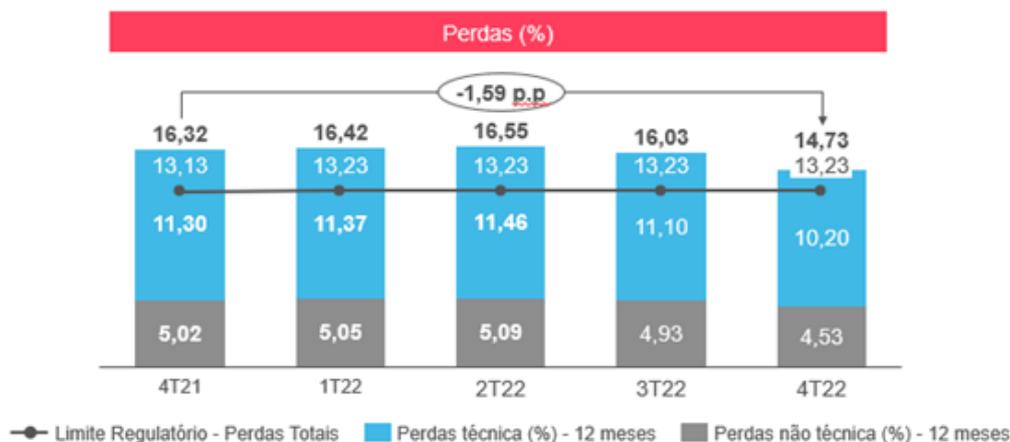
As melhorias observadas nos indicadores de qualidade são resultantes de ações complementares ao nosso plano de manutenção (poda, manutenção de defeitos), finalização do plano de automação (*self healing*) e finalização da migração da comunicação dos telecontroles para satélite.



As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) atingiu 14,73% no final de 2022, uma melhora de 1,59 p.p. em relação às perdas registradas no final de 2021

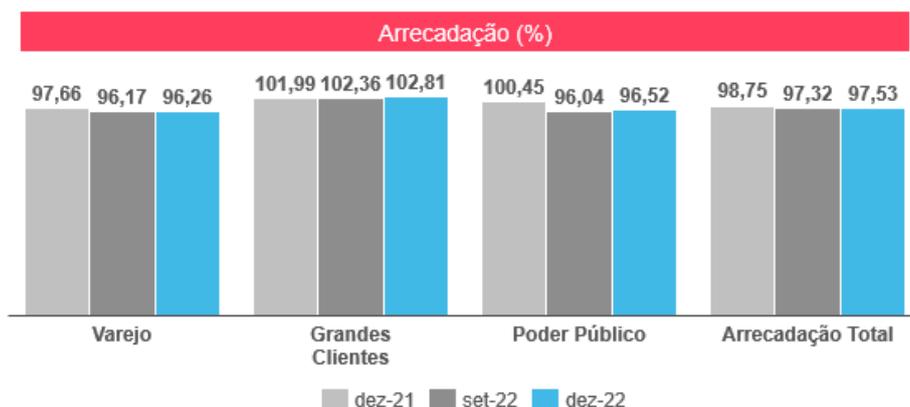
Contribuíram para esta queda a entrada em operação de duas novas subestações de Alta Tensão (Acará e Ibiapina), impactando em menores perdas técnicas, com uma redução de 27GWh nas perdas técnicas na Alta Tensão e; o menor volume de energia injetada no último trimestre de 2022 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O plano de combate as perdas de energia da Enel Ceará mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente com projetos de inspeções em clientes, na recuperação de clientes cortados/autoreligados, mapeamento de consumidores clandestinos.



Em relação ao indicador de arrecadação, a redução de 1,21 pontos percentuais no total arrecadado no final de 2022 vis-à-vis o mesmo período do ano anterior, reflete uma ligeira piora de arrecadação parcialmente explicado pela redução com a arrecadação do ICMS (Após a regulamentação da Lei Complementar nº 194, com uma redução de 18%).

A companhia tem realizado ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.



**PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL)**

	2022	2021	Var. %
Receita Operacional Bruta	9.803.065	9.934.838	-1,3%
Deduções à Receita Operacional	(3.296.010)	(3.283.582)	0,4%
Receita Operacional Líquida	6.507.055	6.651.256	-2,2%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(5.709.303)	(6.198.063)	-7,9%
<b>EBITDA</b>	<b>1.093.527</b>	<b>791.793</b>	<b>38,1%</b>
Margem EBITDA	16,8%	11,9%	4,9 p.p.
<b>EBIT</b>	<b>797.752</b>	<b>453.193</b>	<b>76,0%</b>
Margem EBIT	12,26%	6,8%	5,4 p.p.
Resultado Financeiro	(336.476)	(226.527)	48,5%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(44.850)	(23.203)	93,3%
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>416.426</b>	<b>203.463</b>	<b>&gt;100,0%</b>
Margem Líquida	6,4%	3,1%	3,3 p.p.
<b>Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)</b>	<b>1,73</b>	<b>0,85</b>	<b>0,89</b>

## Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta da Companhia alcançou o montante de R\$ 9,8 bilhões, o que representa uma queda de 1,3% (R\$ 131,7 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 9,9 bilhões. A queda da Receita Operacional Bruta é resultado dos seguintes efeitos:

- Redução de R\$ 325,4 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da menor constituição de ativo regulatório entre períodos, refletindo a melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor; e
- Redução na linha de Venda de Energia Excedente – MVE num montante de R\$ 177,9 milhões, como resultado, do menor PLD em 2022.

A redução na receita operacional no ano foi parcialmente compensada pelos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 245,9 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação a 2021, como resultado principalmente do reajuste médio tarifário aplicado a partir de abril de 2022 e impactado positivamente, sobretudo, pelas classes Industrial, Comercial e Poder Público;
- Aumento de R\$ 107,6 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), impactado sobretudo pelos efeitos da pandemia, conforme explicado anteriormente.

## Deduções da Receita

No ano de 2022, as deduções da receita totalizaram R\$ 3.296,0 milhões, contra R\$ 3.283,6 milhões em 2021, aumento de 0,4%, em um total de R\$ 12,4 milhões, devido ao aumento dos encargos setoriais, em particular, do encargo relacionado a conta de desenvolvimento energético CDE (R\$ 208,1 milhões) em função do pagamento do empréstimo relacionado a conta covid contraído em 2020. Tal aumento foi parcialmente compensado por uma redução total de tributos na ordem de R\$ 196,3 milhões, principalmente nas linhas de ICMS e PIS/COFINS corrente, em função da menor receita operacional auferida no período.

### Custos e Despesas Operacionais

Em 2022 os custos e despesas operacionais apresentaram uma redução de R\$ 488,8 milhões, ou 7,9%. Este resultado é justificado principalmente pelas seguintes variações:

- Redução dos custos não-gerenciáveis em 12,5% em relação ao registrado no ano de 2021. Tal variação é explicada, principalmente pela queda na rubrica energia elétrica comprada para revenda em R\$ 320,4 milhões, e redução nos encargos do uso do sistema de transmissão, em um montante de R\$ 257,2 milhões, tendo em vista a melhora das condições hídricas;
- Parcialmente compensado pelo aumento dos custos gerenciáveis explicado principalmente (i) pelo aumento das rubricas de Materiais e Serviços de terceiros decorrente dos maiores gastos com manutenção e intervenções na rede, objetivando melhoria da qualidade, (ii) aumento nas contas de contingências judiciais e, (iii) outras despesas operacionais.

### EBITDA e Margem EBITDA

Em 2022 o EBITDA da Enel Ceará atingiu o montante de R\$ 1.093,5 milhões, o que representa um aumento de R\$ 301,7 milhões em relação ao ano de 2021. A margem EBITDA da Companhia em 2022 foi de 16,8%, um aumento de 4,9 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

### Resultado Financeiro

Em 2022, o Resultado Financeiro Líquido da Companhia totalizou uma despesa de R\$ 336,5 milhões, R\$ 109,9 milhões superior ao registrado em 2021. A variação observada explica-se, principalmente, pelo:

- Aumento líquido nas rubricas de dívida (instrumento financeiro derivativo, variação monetária de dívidas e debêntures, variação cambial de dívidas e encargos de dívidas e debêntures) devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI entre os períodos analisados (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados para financiar investimentos e capital de giro;

### Lucro Líquido e Margem Líquida

Em 2022 a Companhia registrou lucro de R\$ 416,4 milhões, um incremento de R\$ 213,0 milhões em relação ao mesmo período em 2021, em decorrência principalmente da melhora do EBITDA, conforme explicação acima.

5 ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

**Endividamento Financeiro**

A dívida bruta da Companhia encerrou 2022 em R\$ 4.763 milhões, um incremento de R\$ 1.048 milhões em relação a 2021. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para refinanciamento, investimentos e capital de giro no montante de R\$ 1.654 milhões, em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 517 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 773 milhões e R\$ 385 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 37 milhões.

A Companhia encerrou 2022 com o custo médio da dívida no período de 13,33% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, no valor de até R\$ 800 milhões.

Devido uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 600 milhões, através do despacho Nº 1.540 de 28 de maio de 2021, e posteriormente mais R\$ 500 milhões (despacho Nº 3.754 de 24 de novembro de 2021), totalizando um montante de R\$ 1.900 milhões.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA e Enel CIEN. aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 250 milhões.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 06 de setembro de 2022, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

**INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO**

	2022	2021	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	4.762.861	3.714.368	28,2%
Dívida com Terceiros	3.810.543	2.986.918	27,6%
Dívida Intercompany	952.318	727.450	30,9%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	269.458	284.964	-5,4%
Dívida líquida (R\$ mil)	4.493.403	3.429.404	31,0%

## 6 INVESTIMENTOS

Em 2022, a Companhia investiu R\$ 1.560,1 milhões, um aumento de 43,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior, montante recorde da companhia nos últimos 10 anos, dos quais: (i) R\$459,3 milhões em qualidade do sistema elétrico, adequação da carga e atividades de combate a perdas, que representou crescimento de 71,8% frente 2021, reflexo dos esforços em melhoria nos serviços; e (ii) R\$651,0 milhões de investimento em novas conexões crescendo 13,5% vis-à-vis o ano de 2021.

### INVESTIMENTOS (R\$ MIL)\*

	2022	2021	Var. %
Novas Conexões	651.020	573.455	13,5%
Rede	459.299	267.321	71,8%
Combate às Perdas	96.690	47.433	>100,0%
Qualidade do Sistema Elétrico	214.018	123.062	73,9%
Adequação à carga	148.591	96.826	53,5%
Outros	449.795	247.394	81,8%
<b>Total Investido</b>	<b>1.560.114</b>	<b>1.088.170</b>	<b>43,4%</b>
Aportes / Subsídios	(13.367)	(12.533)	6,7%
<b>Investimento Líquido</b>	<b>1.546.746</b>	<b>1.075.637</b>	<b>43,8%</b>

## 7 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL\*

### SUSTENTABILIDADE

Comprometida com o desenvolvimento sustentável e empenhada em contribuir com soluções para grandes desafios globais – como o acesso à energia, a minimização dos efeitos das mudanças climáticas e o desenvolvimento local, a Enel Distribuição Ceará atua de forma a criar valor sustentável por meio de seus negócios, focando no relacionamento com as partes interessadas e no desenvolvimento de projetos socioambientais, incluindo os de economia circular. Dentro disso, contribuimos diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um movimento global da Organização das Nações Unidas (ONU) onde estamos especialmente comprometidos com quatro dos 17 ODS: Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Os compromissos de sustentabilidade guiam a estratégia da empresa e se traduzem em ações e indicadores ESG (ambientais, sociais e de governança, em inglês), de forma a qualificar nosso desempenho e maximizar a geração de valor para todos os públicos com os quais nos relacionamos. A integração dos fatores ambientais, sociais e de governança é garantida por processos estruturados em todo o Grupo e por meio do nosso Plano de Sustentabilidade cuja elaboração anual inclui: análise do contexto ESG, identificação de prioridades para nossa empresa e nossos stakeholders, planejamento e implementação de ações e projetos de apoio aos objetivos de sustentabilidade. Todas as etapas do processo contam com o respeito aos direitos humanos como elemento fundamental para a busca do sucesso sustentável.

Considerando o Plano de Sustentabilidade da Enel Distribuição Ceará em 2022 que contou com 57 ações, registramos o avanço geral de 103% no fechamento do ano, sendo avanço de 90% em metas ambientais, 106% em metas sociais e 110% em metas para garantir ou aumentar a governança. Esses bons resultados demonstram um trabalho integrado entre diversas áreas da empresa no alcance de uma gestão sustentável e inclusiva

### Projetos socioambientais

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado.

O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso eficiente e consciente de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são focos de sua atuação.

Na Enel Distribuição Ceará, os 115 projetos desenvolvidos em 2022 beneficiaram mais de 530 mil pessoas, com um investimento de R\$ 51,5 milhões. Também foi gerado o valor de R\$ 8,5 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Pelo programa Ecoenel, foi concedido mais de R\$ 1,2 milhão em bônus na conta de energia dos clientes. Também foram trocadas gratuitamente cerca de 5,6mil geladeiras e 107 mil lâmpadas de clientes por meio das diversas iniciativas de eficiência energética. Entre os projetos realizados, destacam-se:

**Subestação Sustentável** – Trata-se da primeira subestação a contar com obra 100% sustentável no Ceará, desenvolvida pelo projeto Canteiro Sustentável. Com ações voltadas para a preservação do meio ambiente e com foco na cidadania, a empresa trabalhou na construção desse empreendimento de maneira mais sustentável, colocando em prática a redução, o reúso e a reciclagem de materiais. Foram reaproveitados 370 kg de madeira, além de reciclar outras 24 toneladas deste material. Também foram reciclados tijolos, metais, plásticos e papel. Com a participação do programa Ecoenel, foram reciclados 663 kg desses resíduos, possibilitando uma economia de mais de 1.500 KWh de energia. Foram realizadas ações com foco no desenvolvimento social e na cidadania, a partir das quais foram substituídas 775 lâmpadas ineficientes por modelos em LED, agregadas a palestras sobre uso consciente de energia, beneficiando a população da região. Outro ponto foi a contratação de mão de obra local para trabalhar na construção da obra, gerando emprego e renda para 40 pessoas, além de ações educativas em duas escolas da cidade, atendendo a 183 alunos. Localizada no município de Pindoretama, o empreendimento irá beneficiar, direta e indiretamente, mais de 178 mil cearenses. Com um investimento de mais de R\$ 29 milhões, a obra vai proporcionar melhorias na qualidade do fornecimento de energia na região.

**Enel Compartilha Eficiência – Troca de Geladeiras:** O programa tem como foco possibilitar adequação da conta de energia ao orçamento de famílias de baixa renda, por meio da troca de um refrigerador antigo por um novo equipamento com selo A do PROCEL. Durante as trocas de geladeiras, também são realizadas as substituições de lâmpadas comuns por modelos em LED, mais econômicas. Durante o ano de 2022, o programa realizou 85 eventos de troca de geladeiras, e ações de uso consciente e seguro da energia elétrica. As atividades ocorreram em 61 municípios, beneficiando 45.371 pessoas com a troca de 5.640 geladeiras e 21.300 lâmpadas. Como destaque, o programa atuou em três festivais nos municípios de Juazeiro do Norte (Juaforró), Crato (Expocrato) e Tejuçuoca (Tejubode). Também realizamos o primeiro evento inclusivo, destinado para o público LGBTQIA+, e ações conjuntas nos eventos da Caravana Enel, Energia Legal e Superação.

**Ecoenel** – O programa de reciclagem da Enel Distribuição Ceará atingiu um recorde de arrecadação no ano de 2022. Com cerca de 3,3 mil toneladas de resíduos recicláveis arrecadados, o programa concedeu cerca de R\$ 1,2 milhão em bônus na conta de energia, beneficiando 21.681 clientes participantes. Os resultados podem ser comparados à preservação de 26 mil árvores em função da reciclagem de papel, na emissão evitada de 9,7 mil toneladas de gás carbônico na atmosfera, e na economia de energia de 13.436.160 MWh. O Ecoenel é desenvolvido por meio de investimentos do Programa de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e consiste na troca de material reciclado por bônus na conta de luz, aliando a formação de uma rede de parcerias entre cliente, empresa e reciclador. A partir disso, o programa promove a união de economia e sustentabilidade.

**Olimpíada Nacional de Eficiência Energética (ONEE):** A ONEE 2022 é uma iniciativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), coordenada pelo Instituto Abradee de Energia e com a realização de distribuidoras de energia elétrica, que operam em 24 estados e no Distrito Federal. A Enel Distribuição Ceará participou da edição de 2022, divulgando a iniciativa por meio do programa Enel Compartilha Energia na Escola e de outros projetos da plataforma Enel Compartilha. A iniciativa promove a educação sobre o consumo consciente de energia elétrica para alunos do 8º e 9º ano do ensino fundamental de escolas públicas e privadas de todas as regiões do Brasil. Professores foram capacitados para o tema e multiplicaram o conhecimento aos seus alunos. Ao longo da competição, os estudantes participam de diversas atividades, provas e desafios que contaram com o conceito da gamificação. A Enel Ceará contou com a participação de 14.660 estudantes de 490 escolas, em 111 municípios do estado.

**Enel Compartilha Empreendedorismo:** O programa promove a capacitação de pessoas em situação de vulnerabilidade social e possibilita a geração de renda para grupos produtivos e pequenos empreendedores por meio de suas produções artesanais. Um dos projetos realizados é a Coleção Energia, que utiliza o conceito de upcycling e da economia criativa para produção de novos materiais. A Enel Distribuição Ceará iniciou suas atividades no projeto por meio do evento Dragão Fashion Brasil, incorporando à passarela peças de figurino com reaproveitamento de resíduos têxteis e fardamentos doados pela Enel e suas empresas parceiras, compondo o desfile assinado por figurinistas renomados. Para melhorar a qualidade da Coleção, as artesãs participaram de uma oficina voltada para a modelagem e costura das peças, orientadas por estilistas de moda, que trouxeram peças masculinas e femininas, totalizando 30 modelos que compõem a nova Coleção. As peças da Coleção Energia da empresa são comercializadas no site do Fuxico na Rede e a renda gerada com as vendas das peças é destinada aos grupos produtivos participantes do projeto.

**Enel Compartilha Inclusão Digital:** O projeto favorece a democratização digital por meio de cursos de capacitação nas mais diversas áreas da informática e do acesso às tecnologias da informação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local, além de disponibilizar acesso aos serviços de atendimento da Enel. Como resultados do ano de 2022, tivemos sete telecentros em funcionamento totalizando 29 cursos e beneficiando 569 pessoas, entre eles, turmas para PCD's (deficientes visuais e auditivos), introduzindo-os à informática com o desenvolvimento de habilidades básicas para uso de programas para edição de texto e planilhas digitais. Para ampliar o projeto, foi realizada a doação de 75 notebook's para cinco instituições do Programa Conta Contigo da Enel, com o objetivo de fortalecer salas de informática já existentes para a realização de atividades, por meio de cursos e oficinas que irão beneficiar as comunidades do entorno. Nesse sentido, as cinco instituições funcionaram como novos telecentros durante o ano de 2023, realizando e evidenciando as atividades mensalmente.

**Parceiro Responsável:** Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2022, foram capacitadas 1.109 pessoas de 390 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), Direitos Humanos, Ética, Gestão Ambiental, Economia Circular, Eficiência Energética, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

**Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH):** Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2022, o Plano de Ação foi concluído com um avanço geral de 98% das atividades planejadas para o biênio. Entre as principais ações realizadas podemos destacar o treinamento de 100% das equipes de segurança patrimonial sobre o tema de respeito aos Direitos Humanos a implantação de critérios de avaliação de direitos humanos no sistema de gestão dos fornecedores, a revisão e divulgação da nova Política de Direitos Humanos e a implantação de novas ações para a promoção da diversidade no quadro de colaboradores Enel, com a criação de grupos de afinidade, treinamentos e campanhas de comunicação.

**Rede do Bem:** A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançado em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos colaboradores da companhia e na de milhares de pessoas que são beneficiadas nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2022, o programa beneficiou 27.186 pessoas e contou com a atuação de 3.757 voluntários, através de 43 atividades, que se dividem entre “Campanhas Sazonais” (surgem durante todo o ano, como arrecadação de doativos, apoio em situações críticas naturais, como enchentes e deslizamentos, entre outras), “Mulheres de Energia” (Voluntárias engenheiras sensibilizando mulheres para o mercado de trabalho em carreiras STEM) e “Natal do Bem” (Campanha de Natal envolvendo doação de colaboradores para que grupos produtivos desenvolvam brinquedos educativos que são distribuídos em instituições de crianças em vulnerabilidade social).

**Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”:** O Ser é o programa de cultura interna de Sustentabilidade da Enel, que, desde 2015, por meio dos seus quatro pilares - Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano - tem o objetivo de destacar o comprometimento e a atuação socioambiental e de governança – ESG da Enel, com ênfase na proteção dos direitos humanos. A edição de 2022 trouxe conteúdos relacionados a missão da Enel de conduzir até 2040 para uma transição justa ao Net Zero. Foram 6.613 participantes em 35 eventos on-line para todo o Brasil. Os temas, conduzidos por 70 facilitadores internos e externos, foram: circularidade, economia consciente, gestão ambiental, transição energética, financiamento sustentável, diversidade, inclusão social, saúde física e mental e direitos humanos.

A Enel Distribuição Ceará conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional, a 50001 em gestão de energia e a 37001 em gestão antissuborno.

## 8 RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES\*

### **Certificação Top Employer:**

A Enel recebeu a certificação como Top Employer 2022 no Brasil. Com base em um benchmark internacional, nossas políticas e práticas de gestão de pessoas foram analisadas, validadas e reconhecidas pela iniciativa, que é promovida pelo Top Employers Institute. Esta é a quarta vez consecutiva em que a nossa empresa ganhou o Selo de Certificação como empregadora de referência.

### **Valor Inovação Brasil 2022:**

A inovação está no nosso DNA! A Enel Brasil entrou no ranking "Valor Inovação Brasil 2022" como uma das três empresas mais inovadoras do setor elétrico do Brasil. Para a nossa empresa, inovar é construir soluções, inspirar pessoas, abrir novos caminhos e possibilidades.

### **100 Open Startups**

Pelo segundo ano consecutivo, somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios entre grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem *Open Innovation* no país.

### **Empresa Amiga da Criança**

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento às diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e o desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

### **Empresa Pró-Ética**

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do Governo Federal. A iniciativa avalia empresas em relação às práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal, e novamente premiada no biênio 2020/2021. Em 2022, a Enel se inscreveu no Pró-Ética 2022/2023 e, após apuração, o resultado será anunciado pela CGU, em dezembro de 2023.

### **Certificação WELL:**

Com o objetivo de fornecer indicadores e métricas claras que possam aferir a qualidade dos ambientes e, conseqüentemente, a saúde e o bem-estar dos ocupantes, o International Well Building Institute criou o sistema de certificação WELL. O certificado avalia o desempenho do ambiente de trabalho em várias categorias como ar, alimentação, luz, movimento, conforto térmico, som, materiais e comunidade. Nossa empresa foi a primeira do setor de energia no mundo a receber a certificação Platinum e passa a fazer parte de um seleto grupo de sete organizações brasileiras a conquistar o reconhecimento na América Latina. Além disso, somos a segunda empresa do Brasil e da América Latina a receber o WELL Platinum.

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, informamos que a KPMG não prestou durante o exercício de 2022 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

**10 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS**

<b>Diretoria Executiva</b>	
<b>Cargo</b>	<b>Diretoria Executiva</b>
Diretor-Presidente	Marcia Sandra Roque Vieira Silva
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes	Charles d' Capdeville
Diretor de Adm, Finanças, Controle e de RI	Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Pessoas e Organização	Alain Rosolino
Diretor de Relações Institucionais	José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Comunicação	Janaina Savino Vilella Carro
Diretor de Regulação	VAGO
Diretor de Compras	VAGO
Diretor Jurídico	Ana Claudia Gonçalves Rebello

<b>Conselho de Administração</b>	
<b>Cargo</b>	<b>Conselheiros</b>
Presidente do Conselho de Administração	Guilherme Gomes Lencastre
Conselheiro de Administração Titular	Mario Fernando de Melo Santos
Conselheiro de Administração Titular	Nicola Cotugno
Conselheiro de Administração Titular	Marcia Massotti de Carvalho
Conselheiro de Administração Titular	Gino Celentano
Conselheiro de Administração Titular	Ana Claudia Gonçalves Rebello
Conselheiro de Administração Titular	Francisco Honório Pinheiro Alves
Conselheiro de Administração Titular	João Francisco Landim Tavares
Conselheiro de Administração Suplente	Alain Rosolino
Conselheiro de Administração Suplente	José Nunes de Almeida Neto
Conselheiro de Administração Suplente	Luiz Flavio Xavier de Sá
Conselheiro de Administração Suplente	Julia Freitas de Alcântara Nunes
Conselheiro de Administração Suplente	Anna Paula Hiotte Pacheco
Conselheiro de Administração Suplente	Maria Eduarda Fischer Alcure

<b>Conselho Fiscal</b>	
<b>Cargo</b>	<b>Conselheiros</b>
Conselheiro Efetivo	Antonio Cleber Uchoa Cunha
Conselheiro Efetivo	Jorge Parente Frota Junior
Conselheiro Efetivo	Peter Edward Cortes Marsden Wilson
Conselheiro Suplente	Aldemir Ferreira de Paula
Conselheiro Suplente	Antonio Cleto Gomes
Conselheiro Suplente	Carlos Antonio Vergara Cammas

**Relações com Investidores**

Fabio Romanin

**Contador Responsável**

Alan dos Reis Santos – CRC SP244288 /O-2



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

## Ao Conselho de Administração e Acionistas da

## Companhia Energética do Ceará - Coelce

Fortaleza – CE

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - Coelce em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Energética do Ceará - Coelce a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada

Veja as Notas 7 e 26 das demonstrações contábeis regulatórias.

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle dos bens ou serviços ao cliente de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente.</p> <p>A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na (i) energia medida e efetivamente faturada e na (ii) energia distribuída e não faturada.</p> <p>A receita para energia distribuída e não faturada é estimada com base na média do montante diário faturado, multiplicada pela quantidade de dias não faturados, considerando o comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar o tema, consideramos a receita para energia distribuída e não faturada como assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>(1) Avaliamos o ambiente e desenho dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada;</li><li>(2) Testamos, em base amostral, as informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita não faturada e recalculamos, também em base amostral, as estimativas de receita para energia distribuída e não faturada com base no (i) consumo de energia (megawatt/hora) e (ii) correspondentes tarifas por classe aprovadas pelo órgão regulador;</li><li>(3) Testamos os lançamentos contábeis manuais executados para registrar a receita para energia distribuída e não faturada; e</li><li>(4) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita não faturada.</li></ol> <p>Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas não faturadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.</p>

## Outros assuntos

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 23 de fevereiro de 2023.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo  
Contador CRC RJ-092563/O-1

## BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIO

Em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	182.558	204.316
Títulos e valores mobiliários	6	86.900	80.648
Consumidores e outras contas a receber	7	1.631.527	1.560.476
Ativo financeiro setorial	10	436.550	392.593
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	7.658	78.011
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	9	15.208	136.426
Outros tributos compensáveis	9	630.970	576.250
Serviço em curso		68.010	61.206
Instrumentos financeiros derivativos - swap	31	14.364	-
Outros créditos		98.927	156.155
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>3.172.672</b>	<b>3.246.081</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Consumidores e outras contas a receber	7	163.578	115.421
Ativo financeiro setorial	10	96.759	126.078
Depósitos vinculados a litígios	23	48.011	48.798
Cauções e depósitos	11	31.969	31.101
Instrumentos financeiros derivativos - swap	31	15.235	43.594
Outros tributos compensáveis	9	484.731	654.499
Tributos diferidos	28	548.170	417.974
Benefício fiscal	14	16.715	21.042
Imobilizado	12	8.138.816	7.070.595
Intangível	13	498.226	324.230
Investimentos		5.351	5.363
Ativos contratuais		31.522	16.826
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>10.079.083</b>	<b>8.875.521</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>13.251.755</b>	<b>12.121.602</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIO

Em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
<b><u>PASSIVO CIRCULANTE</u></b>			
Fornecedores	15	1.374.767	1.410.469
Empréstimos e financiamentos	18	1.129.131	420.631
Debêntures	19	337.413	371.330
Obrigações por arrendamentos		9.959	-
Passivo financeiro setorial	10	406.528	-
Salários, provisões e encargos sociais		58.483	48.028
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17	83.272	16.284
Outras obrigações fiscais	17	206.884	233.208
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	16	429.790	473.748
Dividendos a pagar		191.983	171.729
Encargos setoriais	21	75.156	98.371
Benefícios pós-emprego	20	1.044	1.338
Provisões para processos judiciais e outros riscos	23	-	295
Instrumentos financeiros derivativos - swap	31	72.499	28.935
Outras obrigações		207.665	170.922
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>4.584.574</b>	<b>3.445.288</b>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Empréstimos e financiamentos	18	1.766.389	1.847.084
Debêntures	19	1.426.179	1.082.623
Obrigações por arrendamentos		27.640	-
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	16	378.607	997.855
Passivo financeiro setorial	10	282.889	-
Outras obrigações fiscais	17	1.971	1.169
Encargos setoriais	21	19.493	8.036
Benefícios pós-emprego	20	89.346	87.977
Provisão para processos judiciais e outros	23	232.210	245.047
Tributos diferidos	28	146.642	193.193
Instrumentos financeiros derivativos - swap	31	60.849	7.359
Outras obrigações		850	8.022
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	24	899.387	1.053.508
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>5.332.452</b>	<b>5.531.873</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
Capital social	25	1.085.347	914.347
Reservas de capital		358.671	358.671
Reservas de lucros		2.526.721	2.220.037
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial		(13.837)	(6.249)
Reserva de reavaliação regulatória		438.476	341.519
Prejuízos acumulados		(1.060.649)	(683.884)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.334.729</b>	<b>3.144.441</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>13.251.755</b>	<b>12.121.602</b>

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
<b><u>PASSIVO CIRCULANTE</u></b>			
Fornecedores	15	1.374.767	1.410.469
Empréstimos e financiamentos	18	1.129.131	420.631
Debêntures	19	337.413	371.330
Obrigações por arrendamentos		9.959	-
Passivo financeiro setorial	10	406.528	-
Salários, provisões e encargos sociais		58.483	48.028
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17	83.272	16.284
Outras obrigações fiscais	17	206.884	233.208
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	16	429.790	473.748
Dividendos a pagar		191.983	171.729
Encargos setoriais	21	75.156	98.371
Benefícios pós-emprego	20	1.044	1.338
Provisões para processos judiciais e outros riscos	23	-	295
Instrumentos financeiros derivativos - swap	31	72.499	28.935
Outras obrigações		207.665	170.922
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>4.584.574</b>	<b>3.445.288</b>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Empréstimos e financiamentos	18	1.766.389	1.847.084
Debêntures	19	1.426.179	1.082.623
Obrigações por arrendamentos		27.640	-
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	16	378.607	997.855
Passivo financeiro setorial	10	282.889	-
Outras obrigações fiscais	17	1.971	1.169
Encargos setoriais	21	19.493	8.036
Benefícios pós-emprego	20	89.346	87.977
Provisão para processos judiciais e outros	23	232.210	245.047
Tributos diferidos	28	146.642	193.193
Instrumentos financeiros derivativos - swap	31	60.849	7.359
Outras obrigações		850	8.022
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	24	899.387	1.053.508
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>5.332.452</b>	<b>5.531.873</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
Capital social	25	1.085.347	914.347
Reservas de capital		358.671	358.671
Reservas de lucros		2.526.721	2.220.037
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial		(13.837)	(6.249)
Reserva de reavaliação regulatória		441.771	341.519
Prejuízos acumulados		(1.063.944)	(683.884)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.334.729</b>	<b>3.144.441</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>13.251.755</b>	<b>12.121.602</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
<b>Receita / ingresso</b>			
Fornecimento de energia elétrica		8.178.906	7.932.982
Disponibilização do sistema de transmissão e Distribuição		473.786	366.206
Venda de Energia Excedente - MVE		70.591	248.579
Outras receitas vinculadas		729.343	711.195
Ativos e passivos regulatórios		350.439	675.876
	26	<b>9.803.065</b>	<b>9.934.838</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>			
ICMS		(1.872.678)	(2.022.316)
PIS-PASEP		(138.653)	(147.015)
Cofins		(638.646)	(677.160)
ISS		(6.704)	(6.444)
Programa de eficiência energética - PEE		(31.616)	(32.658)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(565.767)	(357.695)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(31.616)	(32.658)
Taxa de fiscalização		(10.330)	(7.636)
		<b>(3.296.010)</b>	<b>(3.283.582)</b>
<b>Receita líquida / ingresso líquido</b>		<b>6.507.055</b>	<b>6.651.256</b>
<b>Custos não gerenciáveis - parcela "A"</b>			
Energia elétrica comprada para revenda		(3.631.345)	(3.650.748)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(414.660)	(979.938)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo		-	7.136
		<b>(4.046.005)</b>	<b>(4.623.550)</b>
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>2.461.050</b>	<b>2.027.706</b>
<b>Custos gerenciáveis - parcela "B"</b>			
Pessoal e administradores	27	(183.742)	(180.892)
Serviços de terceiros	29	(723.241)	(579.931)
Material	29	(30.345)	(25.401)
Arrendamentos e aluguéis	29	(19.019)	(13.806)
Seguros	29	(5.234)	(5.693)
Doações, contribuições e subvenções	29	(1.141)	(1.447)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	29	(174.686)	(214.884)
Provisão para processos judiciais e outros	29	(21.848)	(19.700)
Tributos	29	(2.361)	(1.821)
Depreciação e Amortização	29	(295.775)	(338.600)
Outros despesas operacionais	29	(214.144)	(197.377)
Outras receitas operacionais	29	8.238	5.039
		<b>(1.663.298)</b>	<b>(1.574.513)</b>
<b>Resultado da atividade</b>		<b>797.752</b>	<b>453.193</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	30	559.344	513.358
Despesas financeiras	30	(895.820)	(739.885)
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>461.276</b>	<b>226.666</b>
Imposto de renda	28	(24.680)	(9.654)
Contribuição social	28	(20.170)	(13.549)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>416.426</b>	<b>203.463</b>
<b>Atribuível a:</b>			
Acionistas Controladores		308.368	264.057
Acionistas Não Controladores		108.058	92.531
<b>Lucro por ação originado das operações (em reais por milhares de ações)</b>		<b>5,3487</b>	<b>4,5801</b>
<b>Básico - lucro de operações</b>			
Atribuíveis a acionistas controladores		3,9608	3,3916
Detentores de ações ordinárias		3,3023	2,8278
Detentores de ações preferencias - Classe A		1,9410	1,6621
Detentores de ações preferencias - Classe B		0,1054	0,0903
<b>Diluído - lucro de operações</b>			
Atribuíveis a acionistas controladores		3,9608	3,3916
Detentores de ações ordinárias		3,3023	2,8278
Detentores de ações preferencias - Classe A		1,9410	1,6621
Detentores de ações preferencias - Classe B		0,1054	0,0903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REGULATÓRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>416.426</b>	<b>203.463</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>			
Realização da reserva de reavaliação	36	146.905	(31.696)
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação	28	(49.948)	10.777
Realização e constituição da reserva de reavaliação líquidos dos tributos		96.957	(20.919)
Ganho/perda atuarial em benefícios pós-emprego	20	(3.065)	20.410
Tributos diferidos sobre ganho/perda atuarial em benefícios pós-emprego	28	1.042	(6.939)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, líquidos dos tributos		(2.023)	13.471
Perda em instrumentos financeiros derivativos	31	(11.497)	(7.344)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	28	3.909	2.497
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, líquidos dos tributos		(7.588)	(4.847)
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS</b>		<b>503.772</b>	<b>191.168</b>
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		373.049	141.562
Acionistas não controladores		130.723	49.606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Capital social	Reservas de capital			Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes			Prejuízos acumulados	Total	
	Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal-ADENE	Legal	Incentivo fiscal-SUDENE	Reforço de capital de giro	Reserva de reavaliação regulatória	Outros resultados abrangentes	Proposta de distribuição de dividendos adicional			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>892.246</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>934.965</b>	<b>654.428</b>	<b>362.438</b>	<b>(1.402)</b>	<b>109.708</b>	<b>(186.592)</b>	<b>3.173.307</b>
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(109.708)	-	(109.708)
Aumento de capital	22.100	-	-	-	-	(22.100)	-	-	-	-	-	-
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	20.410	-	-	20.410
Tributos diferidos s/ perda de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.939)	-	-	(6.939)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.471)	-	13.471	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.344)	-	-	(7.344)
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	2.497	-	-	2.497
Realização da reserva de reavaliação 2019	-	-	-	-	-	-	-	(31.696)	-	-	31.696	-
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 2019	-	-	-	-	-	-	-	10.777	-	-	(10.777)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	203.463	203.463
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	-	-	-	-	-	33.615	-	-	-	-	(33.615)	-
Dividendos expirados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63	63
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(117.000)	(117.000)
<b>Proposta da administração para destinação do lucro líquido:</b>												
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.309)	(14.309)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	570.284	-	-	-	(570.284)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>914.346</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>968.580</b>	<b>1.202.612</b>	<b>341.519</b>	<b>(6.249)</b>	<b>-</b>	<b>(683.884)</b>	<b>3.144.440</b>
Aumento de capital	171.000	-	-	-	-	(171.000)	-	-	-	-	-	-
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.065)	-	-	(3.065)
Tributos diferidos s/ perda de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	1.042	-	-	1.042
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	2.023	-	(2.023)	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.497)	-	-	(11.497)
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	3.909	-	-	3.909
Efeito da adoção inicial (CPC 06)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.085)	(1.085)
Tributos diferidos s/ efeito da adoção inicial (CPC 06)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	369	369
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	146.905	-	-	(151.906)	(5.001)
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	(49.948)	-	-	-	(49.948)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	416.426	416.426
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	-	-	-	-	-	78.982	-	-	-	-	(78.982)	-
Dividendos expirados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	114	114
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(137.000)	(137.000)
<b>Proposta da administração para destinação do lucro líquido:</b>												
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.976)	(23.976)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	398.702	-	-	-	(398.702)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.085.347</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>1.047.562</b>	<b>1.430.314</b>	<b>438.476</b>	<b>(13.837)</b>	<b>-</b>	<b>(1.060.649)</b>	<b>3.334.729</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REGULATÓRIOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Atividades operacionais:</b>		
Lucro líquido do exercício	416.426	203.463
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	156.595	188.552
Perda de recebíveis de clientes	18.091	62.978
Depreciação e amortização	400.126	382.765
Juros e variações monetárias	(28.900)	220.168
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	256.274	(45.836)
Marcação a mercado de dívida	9.752	-
Ativos e passivos financeiros setorial	-	19.042
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	83.350	1.317
Tributos e contribuições social diferidos	(143.125)	(158.273)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	21.848	19.700
Obrigações com benefícios pós-emprego	8.192	8.649
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(293.894)	(530.799)
Créditos de Subvenção desconto tarifário	70.353	(60.932)
Ativo financeiro setorial	(14.638)	(193.179)
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	121.218	(23.616)
Outros tributos compensáveis	115.048	241.574
Depósitos vinculados a litígios	787	(1.122)
Outros créditos	54.751	(48.739)
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>		
Fornecedores	(35.702)	385.912
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	(663.206)	25.290
Salários, provisões e encargos sociais	10.455	(11.297)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	191.087	185.400
Outras obrigações fiscais	(23.543)	66.806
Passivo financeiro setorial	689.417	(553.754)
Encargos setoriais	(11.758)	(2.306)
Outras obrigações	29.571	59.250
	<u>1.438.576</u>	<u>441.013</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(124.099)	(240.226)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(75.551)	(28.560)
Pagamento com benefícios pós-emprego	(10.182)	(10.852)
Pagamento de juros (encargos de dívidas e debentures), deduzido dos juros capitalizados	(251.183)	(106.704)
Pagamento de juros de instrumento derivativo	(133.906)	(10.202)
Pagamentos de juros de arrendamento	(9.121)	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<u>834.534</u>	<u>44.469</u>
<b>Atividades de investimentos:</b>		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(1.917.911)	(1.096.271)
Cauções e depósitos	(868)	(2.518)
Títulos e valores mobiliários	(6.252)	11.728
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<u>(1.925.031)</u>	<u>(1.087.061)</u>
<b>Atividades de financiamentos:</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	2.530.019	1.870.050
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.277.103)	(693.865)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(20.317)	-
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	(22.816)	105.750
Parcelamento especial	(436)	(1.541)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(140.608)	(199.501)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<u>1.068.739</u>	<u>1.080.893</u>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(21.758)</u>	<u>38.301</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	204.316	166.015
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>182.558</u>	<u>204.316</u>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(21.758)</u>	<u>38.301</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)**

## **1. Informações Gerais**

---

A Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Companhia” ou “Enel Distribuição Ceará”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. (“Enel Brasil” ou “Enel”), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

A Administração autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 19 de abril de 2023.

### **Intenção de venda**

Em 22 de novembro de 2022, a Controladora indireta e direta da Companhia – Enel S.p.A e Enel Brasil - divulgaram ao mercado financeiro internacional, respectivamente em seu plano estratégico para o período 2023-2025 e em Fato Relevante, a possibilidade de alienação do controle acionário da Companhia.

A Companhia informa ainda que, se e quando for o caso, qualquer operação dependerá da obtenção das aprovações necessárias e observará os termos da regulamentação aplicável.

Até o encerramento dessas demonstrações contábeis regulatórias, não existe qualquer negociação de venda em curso que estaria representada por um plano de venda provável.

### **1.1 Medidas para o setor elétrico**

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. A bonificação será concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 69.793, a ser concedido nas faturas nas unidades consumidoras - vide nota explicativa nº 8. O desconto está sendo concedido desde 2 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento.



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)**

Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos, exceto os clientes Baixa Renda, que continuariam a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos. A bandeira escassez hídrica teve vigência de 1 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

## **1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão**

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 4.495, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022 - vide nota explicativa nº 10 - (Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros).

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis que será ainda realizada pela ANEEL, possivelmente, no 1º trimestre de 2022.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a medida provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez de água, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 9 de maio de 2022 no montante de R\$ 137.161, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 10. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

## 2. Setor elétrico no Brasil

---

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A regulação para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo é efetuado de acordo com o previsto nos contratos de concessão para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Outorgada, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente, aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e B mencionados anteriormente, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação.

Como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais.

Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

## 3. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

---

### 3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº. 933, de 28 de maio de 2021.



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)**

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 36 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para melhor entendimento do leitor.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **3.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

### **3.3 Segmento de negócios**

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de Ceará) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a entidade identificou um segmento reportável, cujo resultados operacionais são regularmente (a cada trimestre) avaliados pelo principal tomador de decisão operacional da entidade, ao decidir sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho.

### **3.4 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

#### **(a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras regulatórias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

#### **(b) Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

## **4. Políticas contábeis e estimativas**

---

### **4.1 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, ativo indenizável, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios, benefícios pós-emprego, receita de distribuição não faturada e instrumentos financeiros.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

**4.2 Pronunciamentos novos ou alterados - vigentes em 31 de dezembro de 2022**

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

<b>Pronunciamentos novos ou alterados</b>	<b>Natureza da alteração</b>	<b>Vigente para períodos anuais iniciados em ou após</b>
CPC 27/IAS 16 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15/IFRS 3 – Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)**

A ANEEL, por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 2.904, de 17 de setembro de 2021, decidiu: (i) revisar o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Dessa forma, seus efeitos estão refletidos na DCR do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O principal impacto foi em relação a adoção para a contabilidade regulatória do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16.

**4.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes**

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

<b>Pronunciamentos novos ou alterados</b>	<b>Natureza da alteração</b>	<b>Vigente para períodos anuais iniciados em ou após</b>
CPC 26 (R1)/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50/IFRS 17- Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3)/IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2)/IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
<b>Caixa e contas correntes bancárias</b>	<b>38.483</b>	<b>27.864</b>
<b>Aplicações financeiras</b>		
CDB (aplicações diretas)	26.461	11.120
Fundos de investimento aberto	-	14.053
Operações compromissadas	117.614	151.279
	<b>144.075</b>	<b>176.452</b>
<b>Total</b>	<b>182.558</b>	<b>204.316</b>

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)**

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. A Companhia realiza, também, aplicações em operações compromissadas que possuem vencimentos de no máximo 30 dias.

Os Certificados de depósitos bancários foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 98,18% do CDI (99,56% do CDI em 31 de dezembro de 2021). As operações compromissadas foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 84,43% do CDI (73,39% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco (mais detalhes na nota explicativa nº 30.2 b.1.1). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

## **6. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
Fundos de investimentos não exclusivos	<b>86.652</b>	<b>80.048</b>
Fundos de investimentos exclusivos (a)	<b>248</b>	<b>600</b>
Títulos públicos	229	414
LF - Letra Financeira	19	186
<b>Total</b>	<b>86.900</b>	<b>80.648</b>

- (a) Fundo exclusivo do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresenta 0,64% de representatividade sobre o total do mesmo em 31 de dezembro de 2022 (0,49% em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 96,75% do CDI.



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)**

## **7. Consumidores**

---

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes e outros recebíveis como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Os recebíveis da Companhia são faturados nos termos das Resoluções Normativas nº 414/2010 e 506/2012 da ANEEL, exceto a venda de energia elétrica no mercado de curto prazo que segue a Resolução Normativa nº 109/2004 (Convenção de Comercialização de Energia Elétrica). Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

Uso de estimativas:

Receita não faturada: O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses - vide nota explicativa nº 26.

Receita de serviço: As receitas de serviços são complementares às atividades de energia como, por exemplo, serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros (correntes e renegociados), conforme requerido pelo manual de contabilidade do setor elétrico, é como segue:

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

	A vencer	Vencidos até 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos de 181 a 360 dias	Vencidos há mais de 360 dias	Total	PECLD	31.12.2022
<u>Circulante</u>									
Classe de consumidores:									
Residencial	249.115	218.594	21.689	51.392	101.394	219.553	861.737	(424.967)	<b>436.770</b>
Industrial	21.683	10.410	451	1.387	1.903	21.464	57.298	(13.557)	<b>43.741</b>
Comercial	67.536	29.358	3.188	6.704	11.668	64.888	183.342	(52.955)	<b>130.387</b>
Rural	74.144	42.685	4.881	9.799	19.531	76.756	227.796	(55.946)	<b>171.850</b>
Poder público	40.136	11.916	3.614	6.220	8.651	22.526	93.063	(19.125)	<b>73.938</b>
Iluminação pública	29.738	11.613	2.517	8.705	28.450	74.635	155.658	(47.358)	<b>108.300</b>
Serviço público	15.751	5.165	935	2.834	5.468	20.130	50.283	(14.935)	<b>35.348</b>
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>498.103</b>	<b>329.741</b>	<b>37.275</b>	<b>87.041</b>	<b>177.065</b>	<b>499.950</b>	<b>1.629.175</b>	<b>(628.843)</b>	<b>1.000.332</b>
Receita não faturada	417.084	-	-	-	-	-	417.084	-	<b>417.084</b>
Parcelamento de débitos*	3.571	14.626	10.362	25.045	60.062	-	113.666	-	<b>113.666</b>
Compartilhamento de uso mutuo	11.081	6.617	3.085	8.430	16.502	71.844	117.559	(30.244)	<b>87.315</b>
Compensação de Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	26.027	26.027	(16.093)	<b>9.934</b>
Venda no mercado excedente de curto prazo	3.197	-	-	-	-	-	3.197	-	<b>3.197</b>
<b>Contas a receber</b>	<b>434.933</b>	<b>21.243</b>	<b>13.447</b>	<b>33.475</b>	<b>76.564</b>	<b>97.871</b>	<b>677.533</b>	<b>(46.337)</b>	<b>631.196</b>
<b>Total do circulante</b>	<b>933.036</b>	<b>350.984</b>	<b>50.722</b>	<b>120.516</b>	<b>253.629</b>	<b>597.821</b>	<b>2.306.708</b>	<b>(675.180)</b>	<b>1.631.527</b>
<u>Não circulante</u>									
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Parcelamento de débitos	-	-	-	-	-	163.578	163.578	-	<b>163.578</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>178.867</b>	<b>178.867</b>	<b>(15.289)</b>	<b>163.578</b>

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

	A vencer	Vencidos até 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos de 181 a 360 dias	Vencidos há mais de 360 dias	Total	PECLD	31.12.2021
<u>Circulante</u>									
Classe de consumidores:									
Residencial	235.746	231.990	23.893	61.108	87.110	339.689	979.536	(476.363)	503.173
Industrial	21.110	11.654	632	851	1.843	26.691	62.781	(26.601)	36.180
Comercial	76.107	37.973	5.409	13.205	11.469	67.333	211.496	(78.892)	132.604
Rural	78.266	42.499	3.285	11.340	21.053	72.462	228.905	(72.462)	156.443
Poder público	32.464	16.445	2.409	3.886	6.661	20.958	82.823	(20.957)	61.866
Iluminação pública	41.926	19.370	3.971	7.519	15.662	47.769	136.217	(47.769)	88.448
Serviço público	20.052	4.333	1.022	1.687	2.146	13.356	42.596	(13.357)	29.239
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>505.671</b>	<b>364.264</b>	<b>40.621</b>	<b>99.596</b>	<b>145.944</b>	<b>588.258</b>	<b>1.744.354</b>	<b>(736.401)</b>	<b>1.007.953</b>
Receita não faturada	389.575	-	-	-	-	-	389.575	-	389.575
Parcelamento de débitos*	4.289	18.194	13.495	42.296	63.914	-	142.188	-	142.188
Compartilhamento de uso mútuo	9.670	16.299	3.845	9.521	31.623	20.945	91.903	(55.876)	36.027
Compensação de Iluminação Pública	-	(70.037)	-	-	-	-	(70.037)	-	(70.037)
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	47.983	47.983	-	47.983
Venda no mercado excedente de curto prazo	-	6.787	-	-	-	-	6.787	-	6.787
<b>Contas a receber</b>	<b>403.534</b>	<b>-</b>	<b>28.757</b>	<b>17.340</b>	<b>51.817</b>	<b>95.537</b>	<b>608.399</b>	<b>(55.876)</b>	<b>552.523</b>
<b>Total do circulante</b>	<b>909.205</b>	<b>335.507</b>	<b>57.961</b>	<b>151.413</b>	<b>241.481</b>	<b>657.186</b>	<b>2.352.753</b>	<b>(792.277)</b>	<b>1.560.476</b>
<u>Não circulante</u>									
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Parcelamento de débitos	-	-	-	-	-	115.421	115.421	-	115.421
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>130.710</b>	<b>130.710</b>	<b>(15.289)</b>	<b>115.421</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base a probabilidade de perda determinada individualmente para os clientes com débitos relevantes.

Para os demais casos em que não existe uma análise criteriosa, a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos a mais de 180 dias, e para as classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias os quais tomam por base a regra definida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). A provisão de outros serviços complementares é constituída sobre os valores vencidos a mais de 360 dias, ou em casos específicos baseados nas mudanças no perfil de pagamento do devedor.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	<b>Reapresentação</b>		
	<b>31/12/2021</b>	<b>(Provisões) Reversões</b>	<b>31.12.2022</b>
Consumidores e outras contas a receber	(807.566)	(156.595)	(964.161)
Outros ativos	(9.723)	(4.294)	(14.017)
	<b>(817.289)</b>	<b>(160.889)</b>	<b>(978.178)</b>

	<b>Reapresentação</b>	<b>(Provisões) Reversões</b>	<b>Reapresentação</b>
	<b>31/12/2020</b>		<b>31/12/2021</b>
Consumidores e outras contas a receber	(599.946)	(207.620)	(807.566)
Outros ativos	(2.459)	(7.264)	(9.723)
	<b>(602.405)</b>	<b>(214.884)</b>	<b>(817.289)</b>

**8. Subvenção CDE - desconto tarifário**

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como “outras receitas” denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante os períodos em que o faturamento ocorre, quando se torna recebível, vide quadro abaixo:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



	31.12.2022	31.12.2021
Baixa renda - subsídio CDE	25.088	11.294
Previsão ajuste CDE ciclo corrente (a)	(21.977)	-
CDE a devolver - diferença ciclo anterior	(446)	5.399
CDE a devolver - diferença ciclo corrente	1.542	(8.475)
Bônus - Redução voluntária de consumo (b)	3.451	69.793
	<b>7.658</b>	<b>78.011</b>

(a) Em dezembro de 2022, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos à previsão de subsídio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação.

(b) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. O ressarcimento à Companhia, ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE no montante total de R\$ 66.342, restando um saldo de R\$ 3.451 a ser ressarcido.

## 9. Tributos a compensar

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis</b>		
Imposto de renda	10.781	84.711
Contribuição social	1.688	31.230
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.739	20.485
<b>Total</b>	<b>15.208</b>	<b>136.426</b>

	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Outros tributos compensáveis</b>				
ICMS (a)	119.310	130.841	84.496	82.605
PIS e COFINS	80.236	-	16.864	-
PIS e COFINS (ICMS) (b)	429.790	353.890	473.748	571.894
Outros tributos	1.634	-	1.142	-
<b>Total</b>	<b>630.970</b>	<b>484.731</b>	<b>576.250</b>	<b>654.499</b>

(a) Do total de crédito de ICMS, R\$ 186.562 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 141.217 em 31 de dezembro de 2021) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 33.662 (R\$ 25.884 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês subsequente.

(b) A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 429.790 no curto prazo e R\$ 353.890 no longo prazo em 31 de dezembro de 2022.

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº16).



## 10. Ativos e passivos financeiros setoriais

---

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

A Companhia classifica os saldos de ativo e passivo financeiro setorial como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo financeiro setorial estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**



A movimentação das contas de ativos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos regulatórios	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Recebimento		Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
				Escassez Hidrica/CDE Eetrobrás	Bandeiras Tarifárias							
<b>CVA ativa</b>	<b>464.146</b>	<b>161.334</b>	<b>(419.714)</b>	-	<b>177.270</b>	<b>62.276</b>	<b>(171.434)</b>	<b>273.878</b>	<b>180.175</b>	<b>93.703</b>	<b>245.126</b>	<b>28.752</b>
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	5.525	72.833	(123.213)	-	256.539	14.659	(149.840)	76.503	58.970	17.533	71.124	5.379
Proinfa	2.078	18.812	(16.192)	-	-	1.700	-	6.398	6.398	-	6.398	-
Transporte Rede Básica	27.072	7.775	(21.333)	-	-	3.042	43.044	59.600	4.515	55.085	42.697	16.903
ESS	429.471	(186)	(232.781)	-	(79.269)	37.899	(58.965)	96.169	96.169	-	96.169	-
CDE	-	62.100	(26.195)	-	-	4.976	(5.673)	35.208	14.123	21.085	28.738	6.470
<b>Demais ativos regulatórios</b>	<b>509.934</b>	<b>556.311</b>	<b>333.689</b>	<b>(441.716)</b>	-	<b>134.811</b>	<b>(833.598)</b>	<b>259.431</b>	<b>37.803</b>	<b>221.628</b>	<b>191.424</b>	<b>68.007</b>
Neutralidade da Parcela A	-	-	1.779	-	-	-	19.392	21.171	-	21.171	14.675	6.496
Sobrecontratação de Energia	31.683	190.490	7.820	-	-	5.863	(130.586)	105.270	-	105.270	72.968	32.302
Bandeira Escassez Hidrica	-	209.276	-	-	-	-	-	209.276	-	209.276	209.276	-
Outros	478.251	156.545	324.090	(441.716)	-	128.948	(722.404)	(76.286)	37.803	(114.089)	(105.495)	29.209
<b>Total ativos regulatórios</b>	<b>974.080</b>	<b>717.645</b>	<b>(86.025)</b>	<b>(441.716)</b>	<b>177.270</b>	<b>197.087</b>	<b>(1.005.032)</b>	<b>533.309</b>	<b>217.978</b>	<b>315.331</b>	<b>436.550</b>	<b>96.759</b>

A movimentação das contas de passivos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos regulatórios	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Recebimento		Transferências	Saldo em 31/12/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
				Bandeiras Tarifárias	Remuneração						
<b>CVA passiva</b>	<b>(19.020)</b>	<b>179.933</b>	<b>4.226</b>	<b>(506.888)</b>	<b>(23.139)</b>	<b>170.117</b>	<b>(194.771)</b>	-	<b>(194.771)</b>	<b>(135.006)</b>	<b>(59.765)</b>
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	(13.347)	(31.726)	-	(112.296)	4.096	148.524	(4.749)	-	(4.749)	(3.292)	(1.457)
Transporte Rede Básica	-	42.604	-	-	441	(43.045)	-	-	-	-	-
ESS	-	169.055	4.226	(394.592)	(27.676)	58.965	(190.022)	-	(190.022)	(131.714)	(58.308)
CDE	(5.673)	-	-	-	-	5.673	-	-	-	-	-
<b>Demais passivos regulatórios</b>	<b>(436.391)</b>	<b>(404.702)</b>	<b>249.372</b>	<b>12.784</b>	<b>(26.899)</b>	<b>111.190</b>	<b>(494.646)</b>	<b>(69.523)</b>	<b>(425.123)</b>	<b>(271.522)</b>	<b>(223.124)</b>
Neutralidade da Parcela A	(32.583)	35.433	13.119	-	(948)	(19.393)	(4.372)	(4.373)	1	(4.373)	1
Sobrecontratação de Energia	(66.319)	(104.687)	35.919	(6.586)	(884)	130.583	(11.974)	(11.973)	(1)	(11.973)	(1)
Devoluções Tarifárias	(119.158)	(41.010)	29.614	-	(12.929)	-	(143.483)	(7.403)	(136.080)	(7.403)	(136.080)
Parcela B	(73.160)	(143.211)	25.286	-	(609)	-	(191.694)	(9.486)	(182.207)	(135.783)	(55.910)
Risco hidrológico	-	(24.746)	-	19.370	-	-	(5.376)	-	(5.376)	(5.376)	-
Outros	(145.171)	(126.481)	145.434	-	(11.529)	-	(137.747)	(36.288)	(101.460)	(106.614)	(31.134)
<b>Total passivos regulatórios</b>	<b>(455.411)</b>	<b>(224.769)</b>	<b>253.598</b>	<b>(494.104)</b>	<b>(50.038)</b>	<b>281.307</b>	<b>(689.417)</b>	<b>(69.523)</b>	<b>(619.894)</b>	<b>(406.528)</b>	<b>(282.889)</b>



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**

Conforme definido na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), a Bandeira Escassez Hídrica deverá cobrir os custos não cobertos pela sistemática das bandeiras necessários para equilibrar receitas e despesas ao final do ciclo vigente das Bandeiras Tarifárias. Assim, no processo tarifário vigente, ocorrido em março de 2022, foi considerado um financeiro negativo de R\$ 348.059, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de julho de 2021, para retirar o efeito dos custos ainda não cobertos pelas Bandeiras que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez, a qual esteve vigente até 15 de abril de 2022. O referido financeiro negativo, dividido em componentes de energia e ESS, será contemplado no processo tarifário subsequente, devidamente atualizado pela taxa Selic. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 35.

Durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022, foi constituída uma adição de R\$ 209.276 referente ao financeiro da bandeira proporcional ao período de abril e dezembro de 2022.

Recebimento Escassez Hídrica e CDE Eletrobrás no montante total de R\$ 441.716, refere-se:

- i. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, foi contratada operação financeira com o objetivo de custear medidas de combate à escassez hídrica vivenciada no 2º semestre de 2021. Tal operação foi aprovada a partir da Resolução Normativa nº 1.008/2022, de 15 de março de 2022. O Despacho nº 1.177/2022, de 3 de maio de 2022, indicou a data de 9 de maio para fixar os valores dos recursos da Conta Escassez Hídrica a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica referentes aos montantes de recursos solicitados nos Termos de Aceitação às disposições do Decreto nº 10.939/2022. Dessa forma, a Companhia recebeu da referida conta, o montante de R\$ 273.448. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 35.
- ii. Recebimento de recursos da conta de desenvolvimento energético CDE referente aos valores apurados pela Eletrobrás 168.267 de acordo com despacho 1.959/2022 de 21 de julho de 2022.

O valor informado na coluna transferência, no montante total de R\$ 723.724 é referente ao PIS/COFINS sobre ICMS, e que foi reclassificado como amortização para rubrica “PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores” representando o total devolvido aos consumidores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações, vide nota explicativa nº 16.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



## 11. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósito considerando: Garantia de leilões de energia (Bradesco), Garantia de Dívidas (BNB) e Garantias da concessão (Banco do Brasil). A seguir é apresentada a composição do saldo:

Instituição	Tipo de Aplicação	31.12.2022	31.12.2021
		Não Circulante	Não Circulante
BNB	CDB	17.482	15.594
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	14.487	15.507
<b>Total</b>		<b>31.969</b>	<b>31.101</b>

## 12. Imobilizado

### a) Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação mensurada pela metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, calculada pelo método linear, baseada na vida útil definida pelo órgão regulador. As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 933, de 28 de maio de 2021, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2022).

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

### b) Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros, bem como parte dos custos da administração central. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de revisão e preços, gerando benefícios econômicos futuros para a Companhia.

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



Abaixo a movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação (D)	Reclassificação (E)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)+(E)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
<b>Distribuição</b>	<b>10.985.867</b>	-	<b>(70.066)</b>	<b>1.497.571</b>	<b>(33.757)</b>	-	<b>12.379.615</b>	<b>1.393.748</b>	<b>(5.639.497)</b>	<b>6.740.118</b>	<b>5.712.887</b>	<b>(1.663.714)</b>	<b>827.423</b>	<b>(836.291)</b>
Terrenos	21.655	-	-	17.040	1.953	-	40.648	18.993	-	40.648	21.654	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitoria	147.213	-	-	60.288	(7)	-	207.494	60.281	(89.556)	117.938	70.661	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	10.719.333	-	(70.066)	1.420.243	(47.544)	-	12.021.966	1.302.633	(5.452.405)	6.569.561	5.615.630	(1.663.714)	827.423	(836.291)
Veículos	8.119	-	-	-	(990)	-	7.129	(990)	(7.030)	99	659	-	-	-
Móveis e Utensílios	89.547	-	-	-	12.831	-	102.378	12.831	(90.506)	11.872	4.283	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>111.840</b>	-	<b>(425)</b>	<b>16.704</b>	<b>(30.108)</b>	-	<b>98.011</b>	<b>(13.829)</b>	<b>(70.432)</b>	<b>27.579</b>	<b>31.197</b>	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitoria	8.448	-	-	3.904	(7.562)	-	4.790	(3.658)	(360)	4.430	4.835	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	48.825	-	(425)	2.599	4.081	-	55.080	6.255	(46.052)	9.028	4.484	-	-	-
Veículos	1.017	-	-	-	(17)	-	1.000	(17)	(691)	309	398	-	-	-
Móveis e Utensílios	53.550	-	-	10.201	(26.610)	-	37.141	(16.409)	(23.329)	13.812	21.480	-	-	-
<b>Ativo de direito de uso</b>	<b>21.543</b>	<b>53.197</b>	<b>(12.859)</b>	-	-	<b>(2.042)</b>	<b>59.839</b>	<b>38.296</b>	<b>(24.293)</b>	<b>35.546</b>	-	-	-	-
Terrenos	149	819	-	-	-	(475)	493	344	(309)	184	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitoria	(2.154)	52.378	(12.859)	-	-	3.470	40.835	42.989	(11.440)	29.395	-	-	-	-
Veículos	23.548	-	-	-	-	(5.037)	18.511	(5.037)	(12.544)	5.967	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>11.119.250</b>	<b>53.197</b>	<b>(83.350)</b>	<b>1.514.275</b>	<b>(63.865)</b>	<b>(2.042)</b>	<b>12.537.465</b>	<b>1.418.215</b>	<b>(5.734.222)</b>	<b>6.803.243</b>	<b>5.744.084</b>	<b>(1.663.714)</b>	<b>827.423</b>	<b>(836.291)</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>	<b>1.296.764</b>	<b>1.510.873</b>	-	<b>(1.506.764)</b>	-	<b>2.183</b>	<b>1.303.056</b>	<b>6.292</b>	-	<b>1.303.056</b>	<b>1.296.764</b>	<b>(63.096)</b>	-	<b>(63.096)</b>
Máquinas e Equipamentos	802.841	1.050.117	-	(1.413.148)	-	2.183	441.993	(360.848)	-	441.993	802.841	(63.096)	-	(63.096)
Outros	493.923	460.756	-	(93.616)	-	-	861.063	367.140	-	861.063	493.923	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>29.747</b>	<b>10.281</b>	-	<b>(7.511)</b>	-	-	<b>32.517</b>	<b>2.770</b>	-	<b>32.517</b>	<b>29.747</b>	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	3.301	1.754	-	(2.279)	-	-	2.776	(525)	-	2.776	3.301	-	-	-
Outros	26.446	8.527	-	(5.232)	-	-	29.741	3.295	-	29.741	26.446	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.326.511</b>	<b>1.521.154</b>	-	<b>(1.514.275)</b>	-	<b>2.183</b>	<b>1.335.573</b>	<b>9.062</b>	-	<b>1.335.573</b>	<b>1.326.511</b>	<b>(63.096)</b>	-	<b>(63.096)</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>12.445.761</b>	<b>1.574.351</b>	<b>(83.350)</b>	-	<b>(63.865)</b>	<b>141</b>	<b>13.873.038</b>	<b>1.427.277</b>	<b>(5.734.222)</b>	<b>8.138.816</b>	<b>7.070.595</b>	<b>(1.726.810)</b>	<b>827.423</b>	<b>(899.387)</b>

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)

A composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição é como segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31.12.2022			31.12.2021		
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Distribuição		12.379.615	(5.639.497)	6.740.118	10.985.866	(5.272.979)	5.712.887
Custo Histórico	6,15%	9.461.492	(3.404.551)	6.056.941	8.037.630	(3.128.860)	4.908.770
Correção Monetária Especial	4,75%	62.744	(62.275)	469	68.314	(67.840)	474
Correção Monetária Complementar	4,93%	115.456	(112.459)	2.997	120.616	(117.161)	3.455
Reavaliação	5,40%	2.739.923	(2.060.212)	679.711	2.759.306	(1.959.118)	800.188
Administração		98.011	(70.432)	27.579	111.840	(80.643)	31.197
Custo Histórico	8,91%	80.149	(51.884)	28.265	53.895	(44.196)	9.699
Correção Monetária Especial	7,56%	3.822	(3.822)	-	1.261	(1.261)	-
Correção Monetária Complementar	7,56%	2.795	(2.794)	1	674	(673)	1
Reavaliação	8,91%	11.245	(11.932)	(687)	56.010	(34.513)	21.497
Ativo de direito de uso		59.839	(24.293)	35.546	26.676	(5.133)	21.543
<b>Total do ativo imobilizado em serviço</b>		<b>12.537.465</b>	<b>(5.734.222)</b>	<b>6.803.243</b>	<b>11.124.382</b>	<b>(5.358.755)</b>	<b>5.765.627</b>
<b>Em Curso</b>							
Distribuição		1.303.056	-	1.303.056	1.296.764	-	1.296.764
Administração		32.517	-	32.517	29.747	-	29.747
<b>Total do ativo imobilizado em curso</b>		<b>1.335.573</b>	<b>-</b>	<b>1.335.573</b>	<b>1.326.511</b>	<b>-</b>	<b>1.326.511</b>
<b>Total do ativo imobilizado</b>		<b>13.873.038</b>	<b>(5.734.222)</b>	<b>8.138.816</b>	<b>12.450.893</b>	<b>(5.358.755)</b>	<b>7.092.138</b>

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**



<b>Adições do Ativo Imobilizado em Curso</b>	<b>Material / Equipamentos</b>	<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Mão de Obra Própria</b>	<b>Juros Capitalizados</b>	<b>Outros Gastos</b>	<b>Total</b>
Terrenos	8.697	6.443	804	-	-	<b>15.944</b>
Edificações, obras civis e benfeitorias	23.983	17.770	2.218	-	-	<b>43.971</b>
Máquinas e equipamentos	568.547	421.244	52.577	-	-	<b>1.042.368</b>
Veículos	6.145	5.104	17	-	-	<b>11.267</b>
Móveis e utensílios	1.787	266	3	-	1.219	<b>3.275</b>
Material em depósito	398.595	-	-	-	-	<b>398.595</b>
Compras em andamento	1.538	-	-	-	-	<b>1.538</b>
Adiantamentos a fornecedores	4.195	-	-	-	-	<b>4.195</b>
<b>Total das Adições</b>	<b>1.013.488</b>	<b>450.827</b>	<b>55.619</b>	-	<b>1.219</b>	<b>1.521.154</b>

As taxas de depreciação que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, sendo as principais as seguintes:

**Taxas anuais de depreciação (%)**

**Distribuição**

Barra de capacitores	5,00%
Chave de distribuição	3,33%
Condutor do sistema	2,70%
Estrutura do sistema	3,57%
Regulador de tensão	3,45%
Transformador	2,86%

**Administração central**

Equipamento geral	6,25%
Software	20,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada a sua aplicação.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**



As dez principais adições e a principal baixa (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

**Adições**

Descrição do bem	R\$
1. SUBESTAÇÃO UNIT ANT ATÉ 138KV ANT ATÉ 34,5KV ANT A	11.798
2. POSTE, CONC, DT, 20/2400DAN, PM-BR314.01	7.516
3. CONSTRUÇÃO DA CASA DE COMANDO	4.499
4. TERRENO - ÁREA: 5.559,476M2	4.392
5. CONSTRUÇÃO DA CASA DE COMANDO (256,01M2)	4.283
6. TERRENO	4.102
7. CABO, NU, CAL 160MM2, 19F, GSC003	4.083
8. CONSTRUÇÃO DA CASA DE COMANDO	4.007
9. CENTRO DE TREINAMENTO FORTALEZA	3.934
10. CORDOALHA, ACO, ZINC, B, 7,9MM, 7F, AR, D212.03	3.767

**Baixas**

Descrição do bem	R\$
1. MEDIDOR ELETRONICO ENERGIA MONOFÁSICO	2.685
2. TRAFÓ DIST AEREO 13,8KV 220V 10KVA MONO CONV	1.516
3. CONDUTOR <69KV AL ISOL XLPE 1X1X25MM²+25MM² BI	1.025
4. CONDUTOR <69KV CU ISOL XLPE 3X1X16MM²+16MM² POLI	633
5. MEDIDOR ELETRONICO ENERGIA MONOFÁSICO	549
6. COND < 69 ALUMÍNIO ISOL XLPE POLI	531
7. CONDUTOR <69KV AÇO-AL NU 8 AWG MONO	404
8. COND < 69 ALUMÍNIO ISOL XLPE 2F	402
9. REGUL TENSÃO 7,96KV 138KVA 100A MONO	399
10. CJ MD 15,0KV 70:1 13,8KV/115/115/?3 0,3C12,5	361

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



### 13. Intangível

**O intangível é** registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando aplicável, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Reavaliação (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>										
<b>Distribuição</b>	<b>262.564</b>	-	<b>38.409</b>	<b>(12.863)</b>	-	<b>288.110</b>	<b>25.546</b>	<b>(208.835)</b>	<b>79.275</b>	<b>77.712</b>
Servidões	29.962	-	17.316	(8)	-	47.270	17.308	(115)	47.155	29.962
Softwares	217.111	-	21.093	(13.600)	-	224.604	7.493	(189.286)	35.318	32.260
Outros	15.491	-	-	745	-	16.236	745	(19.434)	(3.198)	15.490
<b>Administração</b>	<b>245.193</b>	-	<b>80.506</b>	<b>14.692</b>	<b>19.434</b>	<b>359.825</b>	<b>95.144</b>	<b>(187.097)</b>	<b>172.728</b>	<b>96.399</b>
Softwares	244.241	-	80.506	14.638	-	339.385	95.144	(187.097)	152.288	95.447
Outros	952	-	-	54	19.434	20.440	-	-	20.440	952
<b>Subtotal</b>	<b>507.757</b>	-	<b>118.915</b>	<b>1.829</b>	<b>19.434</b>	<b>647.935</b>	<b>120.690</b>	<b>(395.932)</b>	<b>252.003</b>	<b>174.111</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>										
<b>Distribuição</b>	<b>61.647</b>	<b>(5.367)</b>	<b>(29.729)</b>	-	<b>(2.183)</b>	<b>24.368</b>	<b>(37.279)</b>	-	<b>24.368</b>	<b>61.647</b>
Servidões	4.146	14.163	(12.459)	-	(2.183)	3.667	(479)	-	3.667	4.146
Outros	57.501	(19.530)	(17.270)	-	-	20.701	(36.800)	-	20.701	57.501
<b>Administração</b>	<b>88.472</b>	<b>222.569</b>	<b>(89.186)</b>	-	-	<b>221.855</b>	<b>133.383</b>	-	<b>221.855</b>	<b>88.472</b>
Softwares	88.472	222.569	(89.186)	-	-	221.855	133.383	-	221.855	88.472
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>150.119</b>	<b>217.202</b>	<b>(118.915)</b>	-	<b>(2.183)</b>	<b>246.223</b>	<b>96.104</b>	-	<b>246.223</b>	<b>150.119</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>657.876</b>	<b>217.202</b>	-	<b>1.829</b>	<b>17.251</b>	<b>894.158</b>	<b>216.794</b>	<b>(395.932)</b>	<b>498.226</b>	<b>324.230</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)

**14. Bens e atividades não vinculados a concessão do serviço público**

**Benefício fiscal - Ágio de incorporação da controladora**

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou então registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	31.12.2022	31.12.2021
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(726.549)	(713.823)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	396.669	388.270
<b>Total</b>	<b>16.715</b>	<b>21.042</b>

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

	31.12.2022	Percentual
Em 2023	3.960	23,69%
Em 2024	3.625	21,69%
Em 2025	3.316	19,84%
Em 2026	3.036	18,16%
Em 2027	2.778	16,62%
<b>Total</b>	<b>16.715</b>	<b>100,00%</b>



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)

**15. Fornecedores**

	31.12.2022	31.12.2021
<b>CIRCULANTE</b>		
Compra de Energia	438.031	251.446
Compra de Energia com partes relacionadas	814	188.831
Encargo de Uso da Rede	95.705	275.728
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	343	27
<b>Total energia</b>	<b>534.893</b>	<b>716.032</b>
Materiais e serviços	620.617	572.133
Materiais e serviços com partes relacionadas	219.257	122.304
<b>Total fornecedores</b>	<b>1.374.767</b>	<b>1.410.469</b>

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 31.1.1. Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante destas operações é de R\$ 119.675 (R\$ 53.624 em 31 de dezembro de 2021).

**16. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores**

O Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia possui uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**

A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

Em 28 de junho de 2022, foi publicada a Lei 14.385/2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução da ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Dessa forma, como o processo de reajuste tarifário da Companhia já havia ocorrido, a ANEEL efetuou um Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE, e iniciou a devolução aos consumidores a partir de 13 de julho de 2022 – mais informações vide nota explicativa nº 3. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o total devolvido aos consumidores foi de R\$ 723.724.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de dezembro de 2022 o montante total compensado acumulado de R\$ 779.708. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante compensado foi de R\$ 323.717 (em 31 de dezembro de 2021 o montante compensado de R\$290.130).



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	31.12.2022	31.12.2021
<b>PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar</b>		
Ativo circulante	429.790	473.748
Ativo não circulante	353.890	571.894
<b>Total do Ativo</b>	<b>783.680</b>	<b>1.045.642</b>
<b>PIS/COFINS - consumidores a restituir</b>		
Passivo circulante	429.790	473.748
Passivo não circulante	378.607	997.855
<b>Total do Passivo</b>	<b>808.397</b>	<b>1.471.603</b>
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Receita financeira</b>		
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	68.195	16.568
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	(68.195)	(16.568)

A seguir a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

	Ativo	Passivo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.309.965</b>	<b>1.446.312</b>
Atualizações	25.807	25.807
Compensações	(290.130)	-
Outros	-	(516)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.045.642</b>	<b>1.471.603</b>
Atualizações	68.195	68.195
Compensações	(323.717)	-
Devolução aos consumidores	-	(723.724)
Outros	(6.440)	(7.677)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>783.680</b>	<b>808.397</b>

## 17. Obrigações fiscais

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Imposto de renda e contribuição social a pagar</b>		
Imposto de renda - IRPJ	48.429	13.131
Contribuição social - CSLL a pagar	34.843	3.153
<b>Total</b>	<b>83.272</b>	<b>16.284</b>



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Obrigações fiscais federais</b>						
REFIS IV - Federal (Previdenciário) (b)	-	-	-	638	1.169	1.807
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	29.696	-	29.696	18.209	-	18.209
Programa de integração social - PIS	6.342	-	6.342	3.928	-	3.928
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	3.903	-	3.903	8.202	-	8.202
Outros tributos e contribuições	191	-	191	-	-	-
<b>Subtotal - Federais</b>	<b>40.132</b>	<b>-</b>	<b>40.132</b>	<b>30.977</b>	<b>1.169</b>	<b>32.146</b>
<b>Obrigações fiscais estaduais</b>						
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	163.057	1.971	165.028	190.366	-	190.366
Refis Parcelamento ICMS	633	-	633	6.841	-	6.841
<b>Subtotal - Estaduais</b>	<b>163.690</b>	<b>1.971</b>	<b>165.661</b>	<b>197.207</b>	<b>-</b>	<b>197.207</b>
<b>Obrigações fiscais municipais</b>						
Imposto sobre serviços - ISS	3.055	-	3.055	5.016	-	5.016
Outros tributos e contribuições	7	-	7	8	-	8
<b>Subtotal - Municipais</b>	<b>3.062</b>	<b>-</b>	<b>3.062</b>	<b>5.024</b>	<b>-</b>	<b>5.024</b>
<b>Total outros tributos a pagar</b>	<b>206.884</b>	<b>1.971</b>	<b>208.855</b>	<b>233.208</b>	<b>1.169</b>	<b>234.377</b>

- (a) O ICMS é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. A apuração do ICMS é no mês seguinte da competência e o recolhimento é feito no dia 20 do próprio mês da apuração. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 163.057 (R\$ 190.366 em 31 de dezembro de 2021), está principalmente relacionado ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.
- (b) A Companhia aderiu, em 30 de setembro de 2009 o REFIS IV (Lei nº 11.941/2009) nos montantes de R\$ 25.075 e R\$ 20.692 sem redução e com redução respectivamente referentes a débitos federais previdenciários e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não possui saldos a pagar, tendo liquidado a operação integralmente. As parcelas eram atualizadas mensalmente pela SELIC.

	31.12.2022	31.12.2021
	REFIS IV FEDERAL	REFIS IV FEDERAL
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.807</b>	<b>4.719</b>
(-) Pagamento principal	(436)	(1.541)
(-) Pagamento juros	(1.543)	(1.543)
(+) Atualização	172	172
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>1.807</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**

**18. Empréstimos e financiamentos**

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 31.1.1.

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	31.12.2022						31.12.2021					
	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Total		Encargos	Principal	Total	Principal	
<b>Moeda estrangeira:</b>												
União Federal – Bônus de Desconto	70	-	70	5.954	-	5.954	6.024	15	-	15	6.368	6.383
União Federal – Bônus ao Par	110	-	110	8.533	-	8.533	8.643	118	-	118	9.126	9.244
SCOTIABANK 4131 III	2.464	406.799	409.263	-	-	-	409.263	-	-	-	-	-
SCOTIABANK 4131	-	-	-	-	-	-	-	2.635	-	2.635	435.084	437.719
BNP 4131 II - COELCE	685	-	685	122.503	-	122.503	123.188	732	-	732	131.020	131.752
BNP 4131 III - COELCE	-	-	-	-	-	-	-	537	131.020	131.557	-	131.557
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	1.458	209.393	210.851	-	-	-	210.851	1.578	-	1.578	223.955	225.533
Sumitomo 4131 - COELCE	1.155	-	1.155	260.885	-	260.885	262.040	1.270	-	1.270	279.025	280.295
Citibank 4131 - COELCE	3.896	-	3.896	286.973	-	286.973	290.869	-	-	-	-	-
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	3.483	-	3.483	232.419	7.098	239.517	243.000	-	-	-	-	-
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	770	-	770	127.142	2.654	129.796	130.566	-	-	-	-	-
<b>Empréstimos e financiamentos - Moeda estrangeira</b>	<b>14.091</b>	<b>616.192</b>	<b>630.283</b>	<b>1.044.409</b>	<b>9.752</b>	<b>1.054.161</b>	<b>1.684.444</b>	<b>6.885</b>	<b>131.020</b>	<b>137.905</b>	<b>1.084.578</b>	<b>1.222.483</b>
<b>Moeda nacional:</b>												
<b>Empréstimos e financiamentos</b>												
Eletróbrás	-	-	-	-	-	-	-	-	2.449	2.449	1.347	3.796
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	3	2.061	2.064	-	-	-	2.064	8	4.121	4.129	2.061	6.190
FINEP	2	94	96	572	-	572	668	2	-	2	663	665
BNB II	269	44.101	44.370	211.656	-	211.656	256.026	317	48.379	48.696	258.435	307.131
<b>Empréstimos e financiamentos - Moeda nacional</b>	<b>274</b>	<b>46.256</b>	<b>46.530</b>	<b>212.228</b>	<b>-</b>	<b>212.228</b>	<b>258.758</b>	<b>327</b>	<b>54.949</b>	<b>55.276</b>	<b>262.506</b>	<b>317.782</b>
<b>Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas</b>												
Enel Finance International II	453	274.429	274.882	-	-	-	274.882	-	-	-	-	-
Enel Finance International N.V.	26.661	-	26.661	500.000	-	500.000	526.661	15.237	-	15.237	500.000	515.237
Mítuos Enel BR	-	150.775	150.775	-	-	-	150.775	1.116	211.097	212.213	-	212.213
<b>Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas</b>	<b>27.114</b>	<b>425.204</b>	<b>452.318</b>	<b>500.000</b>	<b>-</b>	<b>500.000</b>	<b>952.318</b>	<b>16.353</b>	<b>211.097</b>	<b>227.450</b>	<b>500.000</b>	<b>727.450</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira</b>	<b>41.479</b>	<b>1.087.652</b>	<b>1.129.131</b>	<b>1.756.637</b>	<b>9.752</b>	<b>1.766.389</b>	<b>2.895.520</b>	<b>23.565</b>	<b>397.066</b>	<b>420.631</b>	<b>1.847.084</b>	<b>2.267.715</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**

A seguir é apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>67.116</b>	<b>304.580</b>	<b>570.441</b>	<b>14.429</b>	<b>956.566</b>
Captações	211.800	500.000	135.000	1.023.250	<b>1.870.050</b>
Encargos provisionados	37.903	-	13.566	-	<b>51.469</b>
Encargos pagos	(21.002)	-	(10.635)	-	<b>(31.637)</b>
Variação monetária e cambial	-	32.950	36.016	46.166	<b>115.132</b>
Transferências	75.024	(75.024)	(733)	733	-
Amortizações	(88.115)	-	(605.750)	-	<b>(693.865)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>282.726</b>	<b>762.506</b>	<b>137.905</b>	<b>1.084.578</b>	<b>2.267.715</b>
Captações	150.775	876.941	270.603	631.700	<b>1.930.019</b>
Encargos provisionados	8.125	111.665	9.069	20.403	<b>149.262</b>
Encargos pagos	(8.130)	(101.407)	(3.370)	(18.215)	<b>(131.122)</b>
Variação monetária e cambial	-	17.912	(57.689)	(13.226)	<b>(53.003)</b>
Marcação à mercado Dívida	-	-	-	9.752	<b>9.752</b>
Transferências	(205.409)	205.409	660.831	(660.831)	-
Amortizações	(4.121)	(1.160.798)	(112.184)	-	<b>(1.277.103)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>223.966</b>	<b>712.228</b>	<b>905.165</b>	<b>1.054.161</b>	<b>2.895.520</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante está assim apresentada:

31.12.2022					
2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total não Circulante
446.812	963.053	288.455	48.938	19.131	1.766.389

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de *swap*, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de *swap* pactuadas encontram-se descritos abaixo:

Empréstimo	Custo swap
SCOTIABANK 4131 III	CDI + 0,80% a.a
BNP 4131 II - COELCE	CDI + 1,18% a.a
BNP 4131 III - COELCE	CDI + 0,55% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	CDI + 1,25% a.a
SUMITOMO 4131 - COELCE	CDI + 1,12% a.a
CITIBANK 4131 - COELCE	CDI + 1,17% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	CDI + 1,62% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	CDI + 1,39% a.a
ITAU 4131 EFI II SWAP - COELCE	CDI + 0,30% a.a

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

**(i) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:**

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
Mútuo Coelce - Enel BR III	70.429	05/01/2022	12/05/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR IV	110.556	31/01/2022	24/03/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR V	100.638	15/02/2022	12/05/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR VI	50.315	21/02/2022	31/05/2022	Bullet	Bullet	CDI + 0,73%	Capital de giro	N/A
CITIBANK 4131 - COELCE	271.700	24/03/2022	21/03/2025	Bullet	Semestral	USD SOFR + 0,91% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR VII	352.205	04/03/2022	31/05/2022	Bullet	Bullet	CDI + 0,73%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR VIII	80.335	20/06/2022	29/07/2022	Bullet	Bullet	CDI + 0,65%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR IX	50.278	20/07/2022	23/01/2023	Bullet	Bullet	CDI + 0,65%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR X	100.497	22/08/2022	23/01/2023	Bullet	Bullet	CDI + 0,96%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XI	42.165	20/09/2022	23/09/2022	Bullet	Bullet	CDI + 0,96%	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	230.000	23/09/2022	23/09/2026	Bullet	Semestral	USD + 5,45%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XII	20.082	20/10/2022	27/10/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,96%	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	130.000	21/11/2022	21/11/2025	Bullet	Semestral	USD + 5,45%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XIII	50.216	16/11/2022	28/11/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,06%	Capital de giro	N/A
EFI II - Credit Agreement	270.603	13/12/2022	12/06/2023	Bullet	Trimestral	EURIBOR + 0,94	Capital de giro	N/A

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**

**(ii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:**

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
União Federal – Bônus de Desconto	2.430	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + Libor + 1,0125% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
União Federal – Bônus ao Par	3.501	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + 6,2% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
Eletrobrás	78.115	13/01/2009	30/10/2023	Mensal	Mensal	6% a.a.	Luz Para Todos	Recebíveis e nota promissória
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	37.091	26/08/2013	15/06/2023	Mensal	Mensal	3,00% a.a.	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
BNB II	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária
FINEP	663	17/04/2020	15/01/2030	Mensal	Mensal	TJLP + 1 % a.a.	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária
SCOTIABANK 4131III	400.000	06/01/2021	06/01/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,225% a.a.	Capital de giro	N/A
EFI - Credit Agreement	500.000	02/03/2021	02/03/2025	Bullet	Semestral	CDI + 1,18%	Capital de giro	N/A
BNP 4131 II - COELCE	135.000	01/04/2021	28/03/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,14% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	210.000	16/07/2021	17/07/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,51% a.a.	Capital de giro	N/A
Sumitomo 4131 - COELCE	278.250	15/10/2021	15/10/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,13% a.a.	Capital de giro	N/A

**(iii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:**

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
Mútuo Coelce - Enel BR I	190.971	13/12/2021	04/04/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nos empréstimos com Eletrobrás, BNP e Scotiabank a Companhia comprometeu-se a cumprir as obrigações financeiras descritas no quadro abaixo, durante a vigência dos contratos, as quais foram atendidas de forma apropriada em 31 de dezembro de 2022:

<b>Contratos</b>	<b>Obrigações Especiais Financeiras</b>	<b>Limite</b>	<b>Periodicidade de Apuração dos Índices</b>
BNDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Eletrobrás	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,00	Anual
Scotiabank e BNP 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

**BNDES**

- Endividamento bancário líquido para fins de cálculo dessa obrigação corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

**Eletrobras**

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa o lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização, provisões para processos judiciais e outros e perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (últimos 12 meses).

**SCOTIABANK 4131, BNP 4131, SUMITOMO 4131 E CITIBANK 4131**

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)

19. Debêntures

As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação vide nota explicativa nº 31.1.1.

	31.12.2022				31.12.2021				
	Circulante		Não circulante		Total Circulante + Não Circulante	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Principal	Marcação a mercado		Encargos	Principal	Principal	
1ª Série 5ª emissão	-	-	-	-	-	798	175.000	-	175.798
2ª Série 5ª emissão	503	98.650	98.650	-	197.803	519	-	186.845	187.364
1ª Série 6ª emissão	241	40.000	-	-	40.241	185	-	40.000	40.185
2ª Série 6ª emissão	918	-	349.438	-	350.356	949	-	330.922	331.871
1ª Série 7ª emissão	6.871	175.000	-	-	181.871	7.819	175.000	175.000	357.819
2ª Série 7ª emissão	13.449	-	376.384	-	389.833	12.800	-	356.440	369.240
1ª Série 8ª emissão	4.647	-	604.772	18.629	628.048	-	-	-	-
(-) Custo de transação	-	(2.866)	(21.694)	-	(24.560)	-	(1.740)	(6.584)	(8.324)
Total de debêntures	<b>26.629</b>	<b>310.784</b>	<b>1.407.550</b>	<b>18.629</b>	<b>1.763.592</b>	<b>23.070</b>	<b>348.260</b>	<b>1.082.623</b>	<b>1.453.953</b>

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

As principais características das debêntures estão descritas a seguir:

(i) Debêntures obtidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 8ª emissão	600.000	30/05/2022	17/05/2030	17/05/2032	Semestral	IPCA + 6,21% a.a.	Anual	600	Reperilamento de dívidas

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**

(ii) Debêntures obtidas em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 5ª emissão	350.000	15/12/2017	15/12/2021	15/12/2022	Semestral	CDI+0,80% a.a	Anual	175	Implementação de programas de investimento
2ª Série 5ª emissão	150.000	15/12/2017	15/12/2023	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
1ª Série 6ª emissão	40.000	15/06/2018	15/06/2023	15/06/2023	Semestral	CDI+0,95% a.a	Bullet	40	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão	270.000	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
1ª Série 7ª emissão	350.000	15/03/2019	15/03/2022	15/03/2023	Semestral	CDI+0,5% a.a	Anual	350	Reperfilamento de dívidas
2ª Série 7ª emissão	300.000	15/03/2019	15/03/2024	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperfilamento de dívidas

A movimentação dos saldos referentes a debêntures está assim apresentada:

	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>190.570</b>	<b>1.343.013</b>	<b>1.533.583</b>
Atualização monetária	-	85.004	85.004
Amortizações	(175.000)	-	(175.000)
Encargos provisionados	82.569	-	82.569
Encargos pagos	(75.067)	-	(75.067)
Transferências	345.394	(345.394)	-
Apropriação custo de transação	2.864	-	2.864
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>371.330</b>	<b>1.082.623</b>	<b>1.453.953</b>
Captações	-	600.000	600.000
Atualização monetária	-	53.687	53.687
Amortizações	(350.000)	-	(350.000)
Encargos provisionados	52.109	71.510	123.619
Encargos pagos	(53.799)	(66.262)	(120.061)
Marcação a Mercado Dívida	-	18.629	18.629
Transferências	313.724	(313.724)	-
Constituição custo de transação	-	(20.284)	(20.284)
Apropriação custo de transação	4.049	-	4.049
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>337.413</b>	<b>1.426.179</b>	<b>1.763.592</b>



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção dos índices financeiros demonstrados abaixo, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações (informações) financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

1ª Série e 2ª Série (5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissão)	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50

- Dívida líquida;

Significa a soma de (a) empréstimos, financiamentos, debêntures, intercompany; (b) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (c) saldo líquido de operações de derivativos; menos o resultado da soma (a) do numerário disponível em caixa; (b) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras; e (c) dos saldos de aplicações financeiras.

- LAJIDA;

Significa o lucro ou prejuízo da Emissora, relativo aos últimos doze meses, antes de contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação, baixa de ativos imobilizados, amortização, efeitos de teste de “impairments” e ajustes positivos e negativos da CVA – Conta das Variações da Parcela A, desde que não incluídos no resultado operacional.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**

A seguir é apresentada a curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:

	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>Após 2025</b>	<b>Total</b>
2ª Série 5ª emissão	98.650	-	-	98.650
2ª Série 6ª emissão	214.438	135.000	-	349.438
2ª Série 7ª emissão	376.384	-	-	376.384
1ª Série 8ª emissão	-	-	623.401	623.401
(-) Custo de transação	(21.694)	-	-	(21.694)
<b>Total a amortizar</b>	<b>667.778</b>	<b>135.000</b>	<b>623.401</b>	<b>1.426.179</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**

## **20. Obrigações com benefícios pós-emprego (fundos de pensão)**

---

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada com o apoio de atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social – FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

### **i. Plano de Contribuição Definida (CD)**

A Companhia contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**

**ii. Plano de Benefício Definido (BD)**

Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios. O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

**Os benefícios do plano compreendem:**

Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual.

**iii. Plano de assistência médica**

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade da Companhia. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela Companhia, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei nº 9.656/1998;
- Aposentados Lei nº 9.656/1998 – grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei nº 9.656/1998. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano;
- Aposentados Especiais – grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela Companhia (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

Uso de estimativas

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões.

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego.



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**

Tábua de mortalidade

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas e que são revisadas a cada data-base.

A tábua de mortalidade se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. A Companhia testa anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

**Informações relevantes dos benefícios pós-emprego**

**a) Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido:**

	31.12.2022	31.12.2021
Valor presente das obrigações atuariais	1.196.708	1.256.967
Valor justo dos ativos do plano	(1.340.151)	(1.300.235)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	233.833	132.583
<b>Obrigação registrada com benefícios pós-emprego</b>	<b>90.390</b>	<b>89.315</b>
Circulante	1.044	1.338
Não Circulante	89.346	87.977

**b) Movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano é como segue:**

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-	-	<b>76.941</b>	<b>34.987</b>	<b>111.928</b>
Custo do serviço corrente	(10)	145	340	1.404	1.879
Custo dos juros líquidos	(11)	(7)	5.465	1.323	6.770
Contribuições reais do empregador	(95)	(222)	(4.771)	(5.764)	(10.852)
Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial	116	84	(14.022)	(6.588)	(20.410)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	-	-	<b>63.953</b>	<b>25.362</b>	<b>89.315</b>
Custo do serviço corrente	(608)	(39)	260	1.031	644
Custo dos juros líquidos	(25)	(10)	5.760	1.823	7.548
Contribuições reais do empregador	(55)	(293)	(6.134)	(3.700)	(10.182)
Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial	688	342	2.960	(925)	3.065
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	-	-	<b>66.799</b>	<b>23.591</b>	<b>90.390</b>

Ao final do exercício de 2022, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. Atualmente os planos BD e CD apresentaram um superávit atuarial total de R\$ 233.833 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 132.583 em 31 de dezembro de 2021). Os planos de assistência médica e FGTS apresentaram um passivo total de R\$ 90.390 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 89.315 em 31 de dezembro de 2021) atestado por avaliação independente.

**c) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:**

	31.12.2022	31.12.2021
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.256.967	1.412.549
Custo dos serviços correntes	644	1.879
Contribuição dos empregados	489	1.318
Custos dos juros	113.281	98.834
Benefícios pagos	(109.902)	(86.595)
Perda atuarial	(64.771)	(171.018)
<b>Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício</b>	<b>1.196.708</b>	<b>1.256.967</b>

**d) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:**

	31.12.2022	31.12.2021
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.300.234	1.377.248
Rendimento esperado dos ativos do plano	118.313	97.630
Contribuições dos empregados	489	1.318
Contribuições do empregador	10.183	10.852
Benefícios pagos	(109.902)	(86.595)
Perda atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	20.834	(100.219)
<b>Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício</b>	<b>1.340.151</b>	<b>1.300.234</b>

**e) Movimentação do efeito de teto do ativo**

	31.12.2022	31.12.2021
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	132.583	76.627
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	12.581	5.566
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	88.669	50.390
<b>233.833</b>	<b>132.583</b>	



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)

f) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>89.315</b>	<b>111.928</b>
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	644	1.879
Juro líquidos conforme laudo atuarial	7.548	6.770
Pagamento de contribuições	(10.182)	(10.852)
Ajustes de avaliação atuarial	3.065	(20.410)
<b>Saldo do final do exercício</b>	<b>90.390</b>	<b>89.315</b>

g) Despesas reconhecidas nos exercícios:

	31.12.2022	31.12.2021
Custo do serviço corrente bruto	644	1.879
Custo do serviço líquido	<b>644</b>	<b>1.879</b>
Juros sobre a obrigação atuarial	113.281	98.834
Rendimento esperado dos ativos no ano	(118.313)	(97.630)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	12.581	5.566
Juros líquidos sobre o passivo	<b>7.549</b>	<b>6.770</b>
Total das despesas no exercício	<b>8.193</b>	<b>8.649</b>

h) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)

	31.12.2022	31.12.2021
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	20.834	(100.219)
(Ganho)/Perda sobre os ativos	64.771	171.018
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	(88.669)	(50.390)
Montante reconhecido no exercício em ORA	<b>(3.064)</b>	<b>20.409</b>

i) Composição dos investimentos do plano por segmento

	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Renda fixa	1.133.040	84,55%	1.102.713	84,81%
Renda variável	79.711	5,95%	86.988	6,69%
Investimentos imobiliários	97.716	7,29%	87.345	6,72%
Outros	29.684	2,21%	23.187	1,78%
Total do valor justo dos ativos do plano	<b>1.340.151</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.300.233</b>	100,00%

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)

**j) Premissas atuariais utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Premissas	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	10,40%	10,40%	10,40%	10,40%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	10,40%	10,40%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	N/A

**k) Premissas atuariais utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

Premissas	Plano BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	9,46%	9,30%	9,46%	9,36%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,46%	9,30%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	N/A

**l) Estimativa da despesa para o exercício de 2023**

Custo dos serviços correntes	1.152
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	118.136
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	24.342
Rendimento esperado dos ativos do plano	(133.946)
<b>Total da despesa projetada para 2023</b>	<b>9.684</b>

**m) Análise de sensibilidade das premissas atuariais**

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2022 está demonstrado a seguir:

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Plano Médico		Plano de Pensão	
Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2022	1.104.436		1.883		66.799		23.590	
<b>Taxa de Desconto</b>	<b>(+0,50%)</b>	<b>(-0,50%)</b>	<b>(+0,50%)</b>	<b>(-0,50%)</b>	<b>(+0,50%)</b>	<b>(-0,50%)</b>	<b>(+0,50%)</b>	<b>(-0,50%)</b>
Impacto da obrigação do benefício definido	(43.140)	46.531	(31)	32	(942)	782	(563)	46.531
<b>Total da obrigação do benefício definido</b>	<b>1.061.296</b>	<b>1.150.967</b>	<b>1.852</b>	<b>1.915</b>	<b>65.857</b>	<b>67.581</b>	<b>23.027</b>	<b>70.121</b>

É importante frisar que a redução na taxa de desconto demonstrada na tabela anterior para os planos de benefício definido e contribuição definida não ocasionaria um aumento no passivo registro, visto que os referidos aumentos seriam totalmente absorvidos pelo teto do ativo (ocasionando uma redução no mesmo).



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)

**21. Encargos setoriais**

---

	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	<b>14.938</b>
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	<b>51.745</b>	40.686
Programa de Eficiência Energética - PEE	<b>39.555</b>	47.575
Outros	<b>3.349</b>	3.208
<b>Total</b>	<b>94.649</b>	<b>106.407</b>
Circulante	75.156	98.371
Não Circulante	19.493	8.036

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº26. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



**22. Partes relacionadas**

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

a) Controladora (Enel Brasil)

Parte relacionada	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Passivo	Passivo	Despesa	Despesa
Prestação de serviços técnicos e gestão	Março de 2020 a Março de 2025	(74.589)	(31.297)	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações	Fevereiro de 2024	(84.852)	(59.588)	-	-
Dividendos	Dezembro de 2022 a dezembro de 2023	(167.456)	(156.860)	-	-
Comissão de Fiança	Julho de 2019 a abril 2028	(1.401)	(484)	-	(2.699)
Mútuo	Julho de 2022 a janeiro de 2023	(150.775)	(212.213)	(38.021)	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura	Fevereiro de 2024	(28.532)	(5.362)	-	-
<b>TOTAL DE PARTES RELACIONADAS</b>		<b>(507.605)</b>	<b>(465.804)</b>	<b>(38.021)</b>	<b>(2.699)</b>

b) Empresas em controle comum

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**



Natureza da transação / Parte relacionada	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
<b>Benefícios pós-emprego</b>		<b>(66.799)</b>	<b>(63.953)</b>	-	<b>(8.649)</b>
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	(66.799)	(63.953)	-	(8.649)
<b>Comissão</b>		-	<b>843</b>	<b>848</b>	<b>840</b>
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	843	848	840
<b>Prestação de serviços de desenvolvimento</b>		<b>(230)</b>	<b>(1.884)</b>	-	<b>(1.159)</b>
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	(230)	(1.884)	-	(1.159)
<b>Multa contratual</b>		<b>(106)</b>	-	<b>(206)</b>	-
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	(106)	-	(206)	-
<b>Suprimento de energia - CCEAR</b>		<b>(814)</b>	<b>(188.831)</b>	<b>(1.132.475)</b>	<b>(1.595.608)</b>
ENEL Green Power Projetos I S.A.		-	(744)	(9.438)	(8.348)
ENEL Geração Fortaleza - CGTF *		-	(187.266)	(1.116.726)	(1.581.487)
ENEL Green Power Parapanema		(100)	(97)	(1.140)	(1.057)
ENEL Green Power Mourão		(28)	(28)	(328)	(305)
ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	Até o final da concessão	(119)	(106)	(799)	(726)
ENEL Green Power Fazenda S.A.		(70)	(60)	(535)	(486)
ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.		(196)	(175)	(1.318)	(1.198)
ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		(156)	(142)	(1.136)	(1.038)
ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		(145)	(213)	(1.055)	(963)
<b>Encargo de uso do sistema de transmissão</b>		<b>(343)</b>	<b>818</b>	<b>(4.088)</b>	<b>(3.547)</b>
ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	(343)	818	(4.088)	(3.547)
<b>Consumo Próprio</b>		-	-	<b>64</b>	<b>55</b>
ENEL Geração Fortaleza - CGTF *	Até o final da concessão	-	-	64	55
<b>Mútuo</b>		<b>(801.543)</b>	<b>(515.237)</b>	<b>(80.910)</b>	<b>(28.860)</b>
ENEL Finance International N.V.	março de 2021 a março de 2025	(526.661)	(515.237)	(76.630)	(28.860)
ENEL Finance International N.V. II	dezembro de 2022 a junho de 2023	(274.882)	-	(4.280)	-
<b>Reembolso expatriados</b>		<b>(1.281)</b>	<b>(1.313)</b>	<b>(381)</b>	<b>(1.250)</b>
ENEL SPA		670	670	-	-
Enel Colombia S.A. E.S.P		(82)	(87)	-	94
ENEL Itália	Até o final da concessão	(102)	-	(122)	271
ENEL AMERICAS		(586)	(618)	32	(174)
Enel Global Services S.r.l.		200	-	200	-
Enel Grids S.r.l.		(1.381)	(1.278)	(491)	(1.441)
<b>Venda de ativo imobilizado</b>		<b>(9.977)</b>	-	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Dezembro de 2023	(9.977)	-	-	-
<b>Licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e projeto telemando LATAM</b>		<b>(803)</b>	<b>(899)</b>	-	-
Enel Iberia SRL		(803)	(899)	-	-
<b>Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura</b>		<b>(9.533)</b>	<b>(13.497)</b>	-	-
ENEL Distribuição Rio - AMPLA		(2.404)	(2.404)	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		(7.052)	(6.462)	-	-
ENEL CIEN S.A.		845	(278)	-	-
ENEL Distribuição Goiás - CELG D **	Fevereiro de 2024	-	1.810	-	-
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		(1.383)	(1.383)	-	-
ENEL Geração Fortaleza - CGTF *		-	(5.241)	-	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.		461	461	-	-
		<b>(891.429)</b>	<b>(783.953)</b>	<b>(1.217.148)</b>	<b>(1.638.178)</b>
		(66.799)	(63.953)	-	(8.649)
<b>TOTAL DE PARTES RELACIONADAS</b>		<b>(824.630)</b>	<b>(720.000)</b>	<b>(1.217.148)</b>	<b>(1.629.529)</b>

(-) Benefícios pós-emprego

(\*) A partir de 23 de agosto de 2022, a Companhia de Geração Térmica Fortaleza – CGTF, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

(\*\*) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



**Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão e MVE**

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIEN S.A. e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

**Compartilhamento**

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

**Mútuo**

As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 18.

Abaixo o quadro com o resumo dos saldos de empréstimos com partes relacionadas:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal		Encargo	Principal	
Empréstimos com partes relacionadas						
Enel Finance International N.V. I	453	274.429	-	15.237	-	500.000
Mútuos Enel BR	-	150.775	-	1.116	211.097	-
Enel Finance International N.V. II	26.661	-	500.000	-	-	-
<b>Total de Empréstimos com partes relacionadas</b>	<b>27.114</b>	<b>425.204</b>	<b>500.000</b>	<b>16.353</b>	<b>211.097</b>	<b>500.000</b>

**Remuneração da administração**

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.12.2022	31.12.2021
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	5.255	5.394
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	67	63
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	437	416
<b>Total</b>	<b>5.759</b>	<b>5.873</b>

**23. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

**23.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificadas como provável**

	31.12.2021	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2022
Trabalhistas (a)	35.387	21.738	(9.140)	5.622	(6.462)	47.144
Cíveis (b)	136.829	66.424	(49.291)	32.886	(37.709)	149.139
Fiscais	10	965	-	-	(742)	233
Regulatório (c)	69.129	-	(5.468)	2.063	(32.182)	33.542
<b>Sub-total</b>	<b>241.355</b>	<b>89.127</b>	<b>(63.899)</b>	<b>40.571</b>	<b>(77.095)</b>	<b>230.058</b>
Outros Provisões (d)	3.987	-	-	-	(1.835)	2.152
<b>Total</b>	<b>245.342</b>	<b>89.127</b>	<b>(63.899)</b>	<b>40.571</b>	<b>(78.930)</b>	<b>232.210</b>

	31.12.2020	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2021
Trabalhistas (a)	29.733	9.427	(9.092)	6.810	(1.491)	35.387
Cíveis (b)	121.936	44.608	(36.476)	37.386	(30.625)	136.829
Regulatório (c)	42.860	35.916	(24.740)	15.477	(384)	69.129
Fiscais (d)	-	57	-	-	(47)	10
<b>Sub-Total</b>	<b>194.529</b>	<b>90.008</b>	<b>(70.308)</b>	<b>59.673</b>	<b>(32.547)</b>	<b>241.355</b>
Outras Provisões (d)	-	14.558	-	-	(10.571)	3.987
<b>Total</b>	<b>194.529</b>	<b>104.566</b>	<b>(70.308)</b>	<b>59.673</b>	<b>(43.118)</b>	<b>245.342</b>

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

**a) Processos trabalhistas**

A Companhia mantém provisão para ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados) e previdenciária. As ações envolvem pedidos de indenização por acidente, responsabilidade solidária e/ou subsidiária decorrentes de processos envolvendo empregados terceirizados, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras e outros.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



**b) Processos cíveis**

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

**c) Processos regulatórios**

**Processos regulatórios em fase judicial:**

- c.1)** Auto de Infração SFE-0032-18, relacionado a geração distribuída, no valor original de R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020, houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435 e juros de R\$ 547. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 5.122, que permanece em discussão judicial. O valor restante de R\$ 4.656, está classificado como perda possível.
- c.2)** Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, referente a contratos de seguro firmados por consumidores da COELCE, recorrido pela ENEL em agosto de 2022, e está em discussão no âmbito judicial. Sendo o valor atual da multa R\$ 1.691. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 2.603.
- c.3)** Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia em agosto de 2015, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 22.906. O processo está em discussão no âmbito judicial. O valor restante de R\$ 1.041, está classificado como perda possível.



**Processos regulatórios em fase administrativa:**

- c.4)** Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE – relacionado a teleatendimento. A ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10 de março de 2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, deveria ser cancelada visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793. Em 05 de setembro de 2022, a Procuradoria Federal emitiu parecer que opinou por converter a penalidade de multa aplicada à Não Conformidade N.5 em advertência, bem como alterar o valor total da penalidade de multa para R\$ 2.905, resultando na reversão de R\$ 887, em setembro de 2022. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional. Em novembro de 2022, houve deliberação final do processo pela ANEEL, onde foi determinado o pagamento de R\$ 2.905. A Companhia decidiu parcelar o pagamento em 36 parcelas, sendo a primeira parcela correspondente a 20% do valor total da multa, principal e juros, atualizada para dezembro de 2022 no valor de R\$791. A Companhia deverá pagar as demais 35 parcelas em valores atualizados mensalmente pela SELIC, o saldo a pagar em dezembro de 2022 é de R\$ 2.890.
- c.5)** Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE 2018 e 2019, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC, no valor de R\$ 26.061. A Companhia efetuou em junho de 2020 uma provisão parcial do referido auto no montante de R\$ 22.998. Em maio de 2021, após juízo de reconsideração do Conselho Diretor da ARCE, houve redução do valor do auto de infração AI-0002/2020-ARCE-SFE de R\$ 26.019 para R\$ 22.139, ocorrendo a reversão de R\$ 858. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Companhia, houve reversão de R\$ 14.565, sendo este valor classificado como possível. Em 3 de março de 2022, a Diretoria da ANEEL decidiu por reconhecer o recurso interposto pela Enel CE e reduzir o valor da infração para 2.993. Em 24 de março de 2022, foi realizado o pagamento do AI 002-2020-ARCE-SFE referente à multa por descumprimento dos indicadores DEC/FEC nos anos de 2018 e 2019 (R\$ 3.227, sendo R\$ 2.993 principal e R\$ 234 de atualização financeira. Em 30 de junho de 2022, o saldo final da contingência foi revertido, no valor de R\$ 4.581. O processo administrativo punitivo encontra-se encerrado junto à ANEEL.
- c.6)** Auto de Infração SFE-AI-0010-21-C, recebido em agosto de 2021, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC 2020, no valor de R\$ 35.916. Após interposição de recurso pela Companhia, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 31.828. O processo está em discussão no âmbito administrativo. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Companhia, houve reversão de R\$ 5.319, sendo este valor classificado como possível. Em abril de 2022, a Diretoria da ANEEL decidiu por reconhecer o recurso interposto pela Enel CE e reduzir o valor da multa para R\$ 26.509. Em maio de 2022, foi realizado o pagamento integral da multa R\$ 28.243, sendo R\$ 26.509, referente ao valor principal e R\$ 1.734 referente a atualização financeira. O processo administrativo punitivo encontra-se encerrado junto à ANEEL.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



**d) Outras provisões**

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

**23.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)**

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas (a)	206.571	585.523
Cíveis (b)	2.127.028	1.743.513
Fiscais (c)	1.016.538	874.171
Juizados especiais	1.150	2.109
Regulatórios	5.697	25.276
<b>Total</b>	<b>3.356.984</b>	<b>3.230.592</b>

A Companhia apresenta a seguir os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

**a) Trabalhistas**

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se também, 45 ações previdenciárias que totalizam R\$ 112.478 em 31 de dezembro de 2022 (41 ações - R\$498.066 em 31 de dezembro de 2021).

**b) Cíveis**

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.



**c) Fiscal**

**c.1 Temas estaduais**

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio; (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais, (ix) ICMS sobre Fundo Estadual de Combate à Pobreza de clientes isentos e ICMS de alguns clientes de geração distribuída. Os montantes envolvidos, em todos os casos totalizam R\$ 826.174 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 723.701 em 31 de dezembro de 2021).

**c.2 Temas municipais**

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 57.445 e R\$ 5.102 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 44.957 e R\$ 4.735 em 31 de dezembro de 2021). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel e Várzea Alegre. O valor total atualizado desses autos, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 13.206 (R\$ 11.835 em 31 de dezembro de 2021).

Também há auto de infração lavrado pelo município de Crato para cobrar diferença de contribuição de iluminação pública. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 15.210 (R\$ 14.023 em 31 de dezembro de 2021).

**c.3 Temas federais**

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 55.273 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 53.776 em 31 de dezembro de 2021).

**c.4 Regulatórios**

No âmbito regulatório, a Companhia possui valores classificados como possíveis referentes a processos administrativos punitivos junto à ARCE/ANEEL, a saber: (i) R\$ 4.656, referente ao Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída e (ii) R\$ 1.041, referente ao Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C, tema Base de Remuneração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



### 23.3 Depósitos vinculados a litígios:

Os cauções e depósitos vinculados aos processos judiciais estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica “Depósitos vinculados”, e tais depósitos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia. A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas	19.010	18.210
Cíveis	24.850	26.731
Fiscais	4.151	3.857
<b>Total</b>	<b>48.011</b>	<b>48.798</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**



**24. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica**

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A composição destas obrigações:

Obrigações Especiais	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>		<b>(1.101.965)</b>	<b>(561.749)</b>	<b>(1.663.714)</b>
Participação da União, Estados e Municípios		(15.950)	(5.693)	(21.642)
Participação Financeira do Consumidor		(440.791)	(101.088)	(541.880)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(167.682)	(59.851)	(227.533)
Pesquisa e Desenvolvimento		(21.503)	(5.102)	(26.605)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		(384.941)	(106.676)	(491.617)
<b>Outros</b>		<b>(71.097)</b>	<b>(283.340)</b>	<b>(354.437)</b>
Ultrapassagem de Demanda		(69.850)	(24.931)	(94.781)
Excedente de Reativos		(1.248)	(445)	(1.693)
Outros		-	(257.963)	(257.963)
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>		<b>574.997</b>	<b>252.426</b>	<b>827.423</b>
Participação da União, Estados e Municípios	<b>3,84%</b>	8.984	2.672	11.656
Participação Financeira do Consumidor	<b>3,84%</b>	5.628	716	6.344
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	<b>3,84%</b>	31.741	74.818	106.558
Pesquisa e Desenvolvimento	<b>3,84%</b>	24.901	2.394	27.296
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	<b>3,84%</b>	-	-	-
<b>Outros</b>	<b>3,84%</b>	<b>503.743</b>	<b>171.827</b>	<b>675.569</b>
Excedente de reativos	<b>3,84%</b>	47.073	11.913	58.985
Reavaliação Regulatória	<b>0,00%</b>	-	-	-
Outros	<b>3,84%</b>	456.670	159.914	616.584
<b>Total</b>		<b>(526.968)</b>	<b>(309.323)</b>	<b>(836.291)</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Outros (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
<b>Em serviço</b>	<b>(1.488.409)</b>	-	<b>(175.305)</b>	-	<b>(1.663.714)</b>	-	<b>827.423</b>	<b>(836.291)</b>	<b>(1.488.407)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	(21.642)	-	-	-	(21.642)	-	11.656	(9.986)	(21.642)
Participação Financeira do Consumidor	(407.938)	-	(133.942)	-	(541.880)	-	6.344	(535.536)	(407.936)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(227.533)	-	-	-	(227.533)	-	106.558	(120.975)	(227.533)
Pesquisa e Desenvolvimento	(26.605)	-	-	-	(26.605)	-	27.296	691	(26.605)
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(450.254)	-	(41.363)	-	(491.617)	-	-	(491.617)	(450.254)
<b>Outros</b>	<b>(354.437)</b>	-	-	-	<b>(354.437)</b>	-	<b>675.569</b>	<b>321.132</b>	<b>(354.437)</b>
Ultrapassagem de Demanda	(94.781)	-	-	-	(94.781)	-	58.985	(35.796)	(94.781)
Excedente de Reativos	(1.693)	-	-	-	(1.693)	-	-	(1.693)	(1.693)
Outros	(257.963)	-	-	-	(257.963)	-	616.584	358.621	(257.963)
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>	<b>670.331</b>	<b>157.092</b>	-	-	<b>827.423</b>	157.092	-	<b>827.423</b>	<b>670.332</b>
Participação da União, Estados e Municípios	10.891	765	-	-	11.656	765	-	11.656	10.891
Participação Financeira do Consumidor	3.310	3.034	-	-	6.344	3.034	-	6.344	3.310
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	106.558	-	-	-	106.558	-	-	106.558	106.559
Pesquisa e Desenvolvimento	19.061	8.235	-	-	27.296	8.235	-	27.296	19.061
Outros	530.511	145.058	-	-	675.569	145.058	-	675.569	530.511
Excedente de Reativos	58.985	-	-	-	58.985	-	-	58.985	1
Outros	471.526	145.058	-	-	616.584	145.058	-	616.584	530.510
<b>Em curso</b>	<b>(235.430)</b>	<b>(26.244)</b>	<b>175.305</b>	<b>23.273</b>	<b>(63.096)</b>	<b>(26.244)</b>	-	<b>(63.096)</b>	<b>(235.430)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	(1.558)	-	-	-	(1.558)	-	-	(1,558)	(1,558)
Participação Financeira do Consumidor	(59.243)	(13.368)	87.078	(14.467)	-	(13.368)	-	-	(59.243)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(65.607)	-	41.363	23.273	(971)	-	-	(971)	(65.607)
Outros	(109.022)	(12.876)	46.864	14.467	(60.567)	(12.876)	-	(60.567)	(109.022)
Ultrapassagem de Demanda	(52.324)	-	-	-	(52.324)	-	-	(52.324)	(52.324)
Diferença das Perdas Regulatórias	(1.127)	-	-	-	(1,127)	-	-	(1,127)	(1,127)
Outros	(55.571)	(12.876)	46.864	14.467	(7.116)	(12.876)	-	(7.116)	(55.571)
<b>Total</b>	<b>(1.053.508)</b>	<b>130.848</b>	<b>-</b>	<b>23.273</b>	<b>(899.387)</b>	<b>130.848</b>	<b>827.423</b>	<b>(71.964)</b>	<b>(1.053.505)</b>



## 25. Patrimônio Líquido

### a) Capital social

O capital social é de R\$ 1.085.347 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 914.346 em 31 de dezembro de 2021). Em 19 de abril de 2022 foi realizado o aumento de capital no montante de R\$ 171.000, via capitalização de reservas, sem emissão de ações. As ações não apresentam valor nominal e são assim distribuídas:

	31.12.2022	31.12.2021
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
<b>Total</b>	<b>77.855.299</b>	<b>77.855.299</b>

### b) Composição acionária

	Ações ordinárias (em unidades)		Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)			
	Total (I)		Classe A	Classe B	Total (II)		(I) + (II)			
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Outros	1.003.692	2,09%	13.696.938	48,48%	3.097	0,20%	13.700.035	45,99%	14.703.727	18,89%
<b>Total de Ações</b>	<b>48.067.937</b>	<b>100,00%</b>	<b>28.252.700</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.534.662</b>	<b>100,00%</b>	<b>29.787.362</b>	<b>100,00%</b>	<b>77.855.299</b>	<b>100,00%</b>

### c) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o estatuto social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

### d) Reservas de capital

	31.12.2022	31.12.2021
Reserva de remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	31.160	31.160
Reserva de incentivo fiscal - ADENE	106.323	106.323
Reserva especial de ágio	221.188	221.188
	<b>358.671</b>	<b>358.671</b>

#### d.1) Reserva de incentivo fiscal (ADENE)

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



#### d.2) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide nota explicativa nº11.

#### e) Reservas de lucro

	31.12.2022	31.12.2021
Reserva legal	48.845	48.845
Reserva de reforço de capital de giro	951.491	1.202.612
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	1.047.562	968.580
	<u>2.047.898</u>	<u>2.220.037</u>

#### e.1) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

#### e.2) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

#### e.3) Reserva de incentivo fiscal (SUDENE)

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

#### f) Destinação de resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de “lucros (prejuízos) acumulados” para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra a destinação dos exercícios de 2020 e 2019 baseada no resultado societário:

	2022	2021
Lucro do exercício	640.570	488.587
(-) Incentivo fiscal – SUDENE	(78.982)	(33.615)
(+) Reversão de dividendos prescritos	114	63
Lucro ajustado	561.702	455.035
Juros de capital próprio	(137.000)	(117.000)
Dividendo mínimo obrigatório	(23.976)	(14.309)
	400.726	323.726
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	(2.023)	13.471
Reserva reforço de capital de giro	398.703	337.197

**Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 12 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a qual segue: (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 131.309, sendo que deste montante foram pagos R\$ 117.000 de juros sobre capital próprio; (ii) reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$ 337.197. Do montante destinado a reforço de capital de giro, foi deliberada a capitalização de R\$ 171.000 pois as reservas ultrapassavam o capital social da Companhia.

**Aprovação de pagamento de Juros sobre Capital Próprio - TJLP**

Em 28 de junho de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, calculado sobre o patrimônio líquido da Companhia de 2021, com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, calculada até 1 de julho de 2022, no montante de até R\$ 95.000. E em 7 de outubro de 2022, o Conselho de Administração aprovou também o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de até R\$ 42.000. Os pagamentos foram efetivados em dezembro de 2022.

**g) Outros resultados abrangentes**

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

**h) Resultado por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



	2022	2021
<b>Numerador (em R\$ mil)</b>		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	395.489	301.654
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	232.455	177.302
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	12.627	9.631
	<u>640.570</u>	<u>488.587</u>
<b>Denominador (em unidades de ações)</b>		
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662
	<u>77.855.299</u>	<u>77.855.299</u>
<b>Percentual por ação</b>		
Ações ordinárias	61,7401%	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%	1,9712%
<b>Resultado básico e diluído por ação (em R\$)</b>		
Ação ordinária	8,2277	6,2756
Ação preferencial - Classe A	8,7214	6,6521
Ação preferencial - Classe B	9,0505	6,9031

## **26. Receita líquida**

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

### **26.1 Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica**

Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado mensalmente de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida quando as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa - vide nota explicativa nº 7.



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**

**26.2 Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)**

A receita de Fornecimento de Energia e a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia. As receitas são mensuradas com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente (consumo de energia, demanda contratada e/ou uso do sistema de distribuição). Estas receitas são reconhecidas quando é transferido o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, ou seja, quando a energia é entregue ao cliente consumidor e/ou quando o consumidor utiliza o sistema de distribuição.

A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD.

A receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

**26.3 Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE**

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, de acordo com o montante de energia não distribuída no mês e comercializada no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. A energia contratada e não distribuída pela Companhia é vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

**26.4 Outras receitas**

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL.

**26.5 Subvenção de recursos da CDE**

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber está contabilizado na rubrica "Repasse CDE – descontos na tarifa".

**26.6 Ativo e passivo financeiro setorial**

Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



**26.7 Impostos sobre vendas**

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – Entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



	Nº Consumidores		MWh Mil		31.12.2022	31.12.2021
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021		
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>4.124.864</b>	<b>4.104.443</b>	<b>9.803.079</b>	<b>10.064.450</b>	<b>7.761.822</b>	<b>7.543.406</b>
Residencial	3.353.499	3.294.771	5.006.374	5.177.882	3.184.518	3.372.064
Industrial	5.767	5.963	515.231	562.931	919.833	853.203
Comercial	181.293	181.583	1.509.206	1.533.878	1.653.629	1.490.252
Rural	532.646	570.546	1.180.465	1.278.020	763.059	772.750
Poder público	31.267	31.318	656.746	540.828	618.403	487.400
Iluminação pública	11.658	11.626	637.079	652.788	347.347	323.583
Serviço público	8.732	8.634	285.814	306.312	273.871	243.167
Suprimento e revenda	2	2	12.164	11.811	1.161	987
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>417.084</b>	<b>389.575</b>
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>	<b>701</b>	<b>463</b>	<b>2.759.651</b>	<b>2.118</b>	<b>473.786</b>	<b>366.206</b>
Consumidores Livres	701	463	2.759.651	2.118	473.786	366.206
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	(384.229)	308.649
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(11.396)	(1.840)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	746.064	369.066
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	-	-	70.591	248.579
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	176.375	221.613
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido - Bandeira	-	-	-	-	(38.223)	32.886
Subvenção baixa renda	-	-	-	-	295.596	205.934
Subvenção de recursos da CDE	-	-	-	-	295.596	250.764
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>4.125.565</b>	<b>4.104.906</b>	<b>12.562.730</b>	<b>10.066.568</b>	<b>9.803.066</b>	<b>9.934.838</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>						
ICMS	-	-	-	-	(1.872.678)	(2.022.316)
COFINS - corrente	-	-	-	-	(638.646)	(677.160)
PIS - corrente	-	-	-	-	(138.653)	(147.015)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	-	-	(63.232)	(65.316)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	(565.767)	(357.695)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	-	-	(10.330)	(7.636)
ISS	-	-	-	-	(6.704)	(6.444)
Outros encargos	-	-	-	-	-	-
<b>Total das deduções da receita operacional bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.296.010)</b>	<b>(3.283.582)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>4.125.565</b>	<b>4.104.906</b>	<b>12.562.730</b>	<b>10.066.568</b>	<b>6.507.055</b>	<b>6.651.256</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



## 27. Pessoal e administradores

Despesa de pessoal	31.12.2022	31.12.2021
Remuneração	(143.594)	(109.845)
Encargos sociais	(47.732)	(42.850)
Provisão de férias	(19.638)	(20.983)
Plano de saúde	(11.717)	(12.337)
Auxílio alimentação e outros benefícios	(19.958)	(31.666)
Participação nos resultados	(20.093)	(17.938)
Previdência privada	(8.025)	(8.930)
Outros	(937)	(109)
(-) Transferência para ativo imobilizado e intangível	87.952	63.751
<b>Total</b>	<b>(183.742)</b>	<b>(180.907)</b>

## 28. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### (a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**



A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos:</b>				
Correntes	(196.101)	(70.855)	(157.251)	(62.323)
Diferidos	92.439	50.685	113.982	48.774
Incentivo fiscal	78.982	-	33.615	-
<b>Total</b>	<b>(24.680)</b>	<b>(20.170)</b>	<b>(9.654)</b>	<b>(13.549)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>461.276</b>	<b>461.276</b>	<b>226.666</b>	<b>226.666</b>
<b>Adições:</b>				
Gratificação a administradores	2.083	2.083	18.860	18.860
Doações	223	223	187	187
Baixa de Crédito IRPJ/CSLL	-	-	-	-
Perdão de Dívida Indedutível	46.439	46.439	25.397	25.397
Juros sobre capital Próprio (JSCP)	(137.000)	(137.000)	-	-
Outras despesas indedutíveis	-	-	(117.000)	(117.000)
Diferença de ajustes - societário vs regulatório	(7.109)	(7.109)	16.513	16.513
<b>Total das adições</b>	<b>(95.364)</b>	<b>(95.364)</b>	<b>(56.043)</b>	<b>(56.043)</b>
Base de cálculo	365.912	365.912	170.624	170.623
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>(91.454)</b>	<b>(32.932)</b>	<b>(42.632)</b>	<b>(15.356)</b>
Incentivos fiscais	66.774	12.762	32.978	1.807
Reprocessamento de ultrapassagem de demanda e excedente reativos para ativos e passivo financeiros setoriais	-	-	-	-
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(24.680)</b>	<b>(20.170)</b>	<b>(9.654)</b>	<b>(13.549)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>5,35%</b>	<b>4,37%</b>	<b>4,26%</b>	<b>5,98%</b>

**(b) Imposto diferido**

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**



A seguir a composição dos tributos diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	Balancos Patrimoniais		Resultado		Outros resultados abangentes	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
<b><u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>						
Plano de pensão	60.582	59.540	-	-	1.042	(6.938)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	78.220	82.061	(3.841)	13.280	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	146.101	147.885	(1.784)	36.122	-	-
Provisão de desativação	83.706	50.980	32.726	47.571	-	-
Instrumentos financeiros	92.460	35.974	56.486	35.974	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	45.222	3.263	38.050	46	3.909	2.497
Outros	41.880	38.271	(1.679)	(2.977)	-	-
	<b>548.170</b>	<b>417.974</b>	<b>119.958</b>	<b>130.016</b>	<b>4.951</b>	<b>(4.441)</b>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>						
Swap	(3.610)	5.746	(9.356)	(21.917)	-	-
Diferido perdas de bens	(62.325)	1.434	(63.759)	(46)	-	-
Reserva de reavaliação regulatória ("VNR")	212.578	186.013	49.948	(10.777)	49.948	(10.777)
	<b>146.642</b>	<b>193.193</b>	<b>(23.167)</b>	<b>(32.740)</b>	<b>49.948</b>	<b>(10.777)</b>
	<b>401.528</b>	<b>224.781</b>	<b>143.125</b>	<b>162.756</b>	<b>(44.997)</b>	<b>6.336</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**



**29. Custos/despesas operacionais**

	31.12.2022				31.12.2021					
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Total
Pessoal	(141.719)	-	(42.023)	-	(183.742)	(135.994)	-	(44.913)	-	(180.907)
Material	(25.031)	-	(5.314)	-	(30.345)	(24.072)	-	(1.003)	-	(25.075)
Serviços de terceiros	(659.026)	(9.689)	(54.526)	-	(723.241)	(555.919)	(10.875)	(44.363)	-	(611.157)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.330.380)	-	-	-	(3.330.380)	(3.650.748)	-	-	-	(3.650.748)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(715.625)	-	-	-	(715.625)	(979.938)	-	-	-	(979.938)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (i)	-	-	-	-	-	7.136	-	-	-	7.136
Depreciação e amortização	(232.661)	-	(63.114)	-	(295.775)	(304.518)	-	(34.727)	-	(339.245)
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(174.686)	(174.686)	-	-	-	(214.884)	(214.884)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(21.848)	-	(21.848)	-	-	(19.700)	-	(19.700)
Outras despesas operacionais	(175.895)	-	(57.766)	-	(233.661)	(109.602)	-	(73.943)	-	(183.545)
<b>Subtotal</b>	<b>(5.280.337)</b>	<b>(9.689)</b>	<b>(244.591)</b>	<b>(174.686)</b>	<b>(5.709.303)</b>	<b>(5.753.655)</b>	<b>(10.875)</b>	<b>(218.649)</b>	<b>(214.884)</b>	<b>(6.198.063)</b>

i) O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



### 30. Resultado financeiro

	<b>Reapresentado</b>	
	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicação financeira	29.930	7.026
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	59.861	78.967
Multa por impontualidade de clientes	83.914	42.075
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	265.295	57.236
Variação cambial	7.544	3.962
Variação cambial de dívida	92.861	113.903
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	21.878	194.984
Juros fundo de pensão	35	18
Outras receitas financeiras	15.588	23.094
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(17.562)	(7.906)
<b>Subtotal</b>	<b>559.344</b>	<b>513.359</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variação monetária de dívidas	(17.911)	(32.949)
Variação monetária de debêntures	(53.687)	(85.004)
Variação cambial de dívidas	(18.169)	(196.086)
Encargos de dívidas	(149.262)	(51.469)
Variação cambial	(5.289)	(7.708)
Juros debêntures	(123.619)	(82.569)
Encargos fundo de pensão	(7.583)	(6.788)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(118.245)	(38.194)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(40.571)	(59.673)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(91.763)	(114.382)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	(36.039)	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(150.350)	(34.766)
Marcação a mercado da dívida	(28.380)	-
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	182	295
Atualizações de impostos	(5.007)	(4.453)
Atualização P&D/PEE	(3.067)	(2.511)
IOF/IOC	(9.937)	(1.130)
Apropriação custo de transação	(4.049)	(2.864)
Comissão de fiança e seguro garantia	(5.131)	(4.731)
Outras despesas financeiras	(27.943)	(14.904)
<b>Subtotal</b>	<b>(895.820)</b>	<b>(739.886)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(336.476)</b>	<b>(226.527)</b>

### 31. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

#### Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



### 31.1. Instrumentos financeiros

#### 31.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível	31.12.2022		31.12.2021		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalente de caixa						
		Custo amortizado	182.558	182.558	204.316	204.316
Títulos e valores mobiliários		Valor justo por meio de resultado	86.900	86.900	80.648	80.648
Cauções e depósitos		Custo amortizado	31.969	31.969	31.101	31.101
Consumidores e outras contas a receber		Custo amortizado	1.795.105	1.795.105	1.675.897	1.675.897
Ativos financeiros setoriais		Custo amortizado	533.309	533.309	518.671	518.671
Instrumentos financeiros derivativos - swep		Valor justo por meio de resultado	15.235	15.235	43.594	43.594
			<b>2.645.076</b>	<b>2.645.076</b>	<b>2.554.227</b>	<b>2.554.227</b>
<b>Passivo</b>						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional		Custo amortizado	936.194	903.395	1.045.232	833.509
Debêntures em moeda nacional		Custo amortizado	1.135.544	1.160.104	1.453.953	1.462.277
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira		Custo amortizado	1.585.760	1.468.537	1.222.483	583.349
Instrumentos financeiros derivativos		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	373.566	373.566	36.294	36.294
Instrumentos financeiros derivativos - swap		Valor justo por meio de resultado	21.963	21.963	20.586	20.586
Passivos financeiros setoriais		Custo amortizado	689.417	689.417	-	-
Fornecedores		Custo amortizado	1.374.767	1.374.767	1.410.469	1.410.469
			<b>6.117.211</b>	<b>5.991.749</b>	<b>5.189.017</b>	<b>4.346.484</b>

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pré-fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



**Operações com instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Scotiabank III	06/01/2021	06/01/2023	Cashflow Hedge	USD + 1,225%	CDI + 0,80%	400.000
BNP II	01/04/2021	28/03/2024	Cashflow Hedge	USD + 2,14%	CDI + 1,18%	135.000
BNP III	01/04/2021	28/03/2022	Cashflow Hedge	USD + 1,57%	CDI + 0,55%	135.000
Scotiabank IV	16/07/2021	17/07/2023	Cashflow Hedge	USD + 1,51%	CDI + 1,25%	210.000
Sumitomo	15/10/2021	15/10/2024	Cashflow Hedge	USD + 2,1257%	CDI + 1,12%	278.250
Citibank	24/03/2022	21/03/2025	Cashflow Hedge	USD SOFR + 0,9059%	CDI + 1,17%	271.700
Itaú I (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	200.000
Itaú II (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	150.000
BTG Pactual (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,78%	250.000
Scotiabank V	23/09/2022	23/09/2026	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,62%	230.000
Scotiabank VI	21/11/2022	21/11/2025	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,38%	130.000
ITAU 4131 EFI II	13/12/2022	12/06/2023	Cashflow Hedge	EURIBOR 3M + 0,94%	CDI + 0,30%	270.603

A movimentação é como segue:

	<b>Derivativos</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>64.356</b>
Efeito no resultado financeiro	45.836
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(7.344)
Recebimento de principal	(105.750)
Pagamento de juros	10.736
Recebimento de Juros	(534)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>7.300</b>
Efeito no resultado financeiro	(220.235)
Marcação a mercado no resultado	(36.039)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(11.497)
Recebimento de principal	22.816
Pagamento de juros	133.906
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(103.749)</b>

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) em 31 de dezembro de 2022 estão dispostos abaixo:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado Financeiro
Scotiabank III	(17.062)	(18.018)	955	-
BNP II	(22.163)	(16.688)	(5.475)	-
Scotiabank IV	(15.963)	(12.990)	(2.973)	-
Sumitomo	(40.529)	(24.312)	(16.216)	-
Citibank	8.702	8.740	(39)	-
Itaú I (8ª Debêntures)	(3.128)	(350)	-	(2.778)
Itaú II (8ª Debêntures)	(2.346)	(262)	-	(2.083)
BTG Pactual (8ª Debêntures)	(3.218)	(421)	-	(2.797)
Scotiabank V	(7.299)	(3.076)	-	(4.223)
Scotiabank VI	(5.972)	(4.227)	-	(1.746)
ITAU 4131 EFI II	5.229	2.446	2.783	-
	(103.749)	(69.158)	(20.965)	(13.627)

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2022.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**



Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	Total	Categoria
<b>Scotiabank III</b>	USD + 1,225%	409.263	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,225%	(401.367)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,80%	418.429	Cashflow hedge
		<b>17.062</b>	
<b>BNP II</b>	USD + 2,14%	123.187	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,14%	(117.733)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,18%	139.896	Cashflow hedge
		<b>22.163</b>	
<b>Scotiabank IV</b>	USD + 1,51%	210.852	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,51%	(204.577)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25%	220.540	Cashflow hedge
		<b>15.963</b>	
<b>Sumitomo</b>	USD + 2,1257%	262.040	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,1257%	(245.446)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,12%	285.975	Cashflow hedge
		<b>40.529</b>	
<b>Citibank</b>	USD SOFR + 0,9059%	290.869	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 0,9059%	(286.714)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,17%	278.013	Cashflow hedge
		<b>(8.701)</b>	
<b>8ª Debêntures</b>	IPCA + 6,2137%	628.048	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(209.349)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	212.477	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(157.012)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	159.358	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(261.687)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,78%	264.905	Fair value hedge
		<b>8.692</b>	
<b>Scotiabank V</b>	USD + 5,45%	243.000	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(237.936)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	245.235	Fair value hedge
		<b>7.299</b>	
<b>Scotiabank V</b>	USD + 5,45%	130.566	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(127.845)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	133.818	Fair value hedge
		<b>5.973</b>	
<b>EFI II - Credit Agreement</b>			
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EURIBOR + 0,94%	(278.012)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,30%	272.784	Cashflow hedge
		<b>(5.228)</b>	

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



### **31.1.2. Hierarquia do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

### **31.2. Gerenciamento de riscos**

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Adicionalmente, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 38 subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

#### **a) Estrutura de gerenciamento de riscos**

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação.

**b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

**b.1) Risco de crédito**

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2022 é:

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	182.558	204.316
Títulos e valores mobiliários	86.900	80.648
Instrumentos financeiros derivativos	-	7.300
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	1.795.105	1.675.897
Ativos financeiros setoriais	533.309	518.671
<b>Total de exposição</b>	<b>2.597.872</b>	<b>2.486.832</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

**b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados**

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

<b>Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
AAA	226.935	257.086
AA+	17.249	14
<b>Total geral</b>	<b>244.184</b>	<b>257.100</b>

<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
AA-	(103.749)	7.300
<b>Total geral</b>	<b>(103.749)</b>	<b>7.300</b>

**b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos**

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negatização de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

**b.2) Gerenciamento de Capital**

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	2.895.520	2.267.715
Debentures (Nota 16)	1.763.592	1.453.953
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 30)	103.749	(7.300)
<b>Dívida</b>	<b>4.762.861</b>	<b>3.714.368</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(182.558)	(204.316)
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	(86.900)	(80.648)
<b>Dívida líquida (a)</b>	<b>4.493.403</b>	<b>3.429.404</b>
Patrimônio líquido (b) (Nota 23)	3.956.902	3.387.355
<b>Índice de endividamento líquido (a/[a+b])</b>	<b>53%</b>	<b>50%</b>

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2022 é de 53% (50% em 31 de dezembro de 2021), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

**b.3) Risco de liquidez**

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. A Companhia mantém linha de crédito bancária para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, através de contrato firmado, cujo montante em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, no valor de até R\$ 800.000.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	411.407	8.610	234.355	822.000	-	1.476.372
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	4.110	16.183	46.711	528.879	16.556	612.439
Debêntures	-	203.344	212.322	1.041.610	795.506	2.252.782
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	152.087	43.180	319.649	612.624	-	1.127.540
<b>Total</b>	<b>567.604</b>	<b>271.317</b>	<b>813.037</b>	<b>3.005.113</b>	<b>812.062</b>	<b>5.469.133</b>

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>						
Instrumentos financeiros derivativos – pagamentos / (recebimentos)	32.712	36.464	135.232	269.089	68.568	542.065
<b>Total</b>	<b>32.712</b>	<b>36.464</b>	<b>135.232</b>	<b>269.089</b>	<b>68.568</b>	<b>542.065</b>

#### **b.4) Riscos de mercado**

##### **b.4.1) Riscos de taxas de juros**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 99% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, Libor e TJLP).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Selic	248	0,10%	600	0,23%
CDI	243.936	99,90%	256.500	99,77%
<b>Total</b>	<b>244.184</b>	<b>100,00%</b>	<b>257.100</b>	<b>100,00%</b>

Ativo Financeiro Indenizável	31.12.2022	%	31.12.2021	%
IPCA	4.939.453	100,00%	3.912.580	100,00%
<b>Total</b>	<b>4.939.453</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.912.580</b>	<b>100,00%</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**



<b>Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>%</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>%</b>
Taxa fixa	30.151	0,63%	36.099	0,98%
TJLP	668	0,01%	665	0,02%
CDI	3.530.976	74,14%	2.483.939	66,87%
IPCA	1.194.017	25,07%	1.187.282	31,96%
Libor	6.024	0,13%	6.383	0,17%
USD SOFR	4.155	0,09%	-	0,00%
EURIBOR 3M	(3.130)	-0,07%	-	0,00%
<b>Total</b>	<b>4.762.861</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.714.368</b>	<b>100,00%</b>

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

**Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros**

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos dos ativos financeiros e das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2022 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

<b>Ativo</b>	<b>Risco</b>	<b>Base</b>	<b>Cenários projetados - Dez.2022</b>		
		<b>31.12.2022</b>	<b>Provável</b>	<b>Adverso</b>	<b>Remoto</b>
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	248	33	25	17
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	230.727	30.439	22.829	15.220
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	2.631.428	281.343	341.869	400.799
Instrumentos financeiros derivados	Alta do IPCA	(628.048)	(68.817)	(76.314)	(83.727)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	(1.334.905)	(86.204)	(286.418)	(452.791)
Instrumentos financeiros derivados	Alta da USD SOFR	(286.714)	(19.165)	(23.263)	(27.361)
Instrumentos financeiros derivados	Alta da EURIBOR	(278.012)	(5.087)	(6.061)	(7.034)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	2.064	31	31	31
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	1.387.551	90.489	300.422	474.871
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	668	54	65	76
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	899.548	83.624	101.744	119.385
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	1.797.506	181.616	203.056	224.258
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	6.024	821	2.282	3.512
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da USD SOFR	290.869	19.165	23.263	27.361
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da EURIBOR	274.882	5.087	6.061	7.034
			<b>719.744</b>	<b>764.327</b>	<b>804.809</b>

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 17 e 18.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
SCOTIABANK 4131 III - COELCE	171	7.855	7.684	14.241	14.070
SCOTIABANK 4131 SWAP III - COELCE PA	(167)	(7.704)	(7.537)	(13.966)	(13.799)
SCOTIABANK 4131 SWAP III - COELCE PP	4.766	5.811	1.045	6.828	2.062
BNP 4131 II - COELCE	10.810	38.759	27.949	61.983	51.173
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PA	(10.332)	(37.043)	(26.711)	(59.239)	(48.907)
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PP	19.649	23.840	4.191	27.920	8.271
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	10.651	38.553	27.902	61.740	51.089
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PA	(10.334)	(37.406)	(27.072)	(59.902)	(49.568)
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PP	18.227	22.096	3.869	25.863	7.636
Sumitomo 4131 - COELCE	22.959	82.409	59.450	131.811	108.852
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PA	(21.505)	(77.191)	(55.686)	(123.464)	(101.959)
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PP	39.995	48.561	8.566	56.902	16.907
CITIBANK 4131 - COELCE	19.165	23.263	4.098	27.361	8.196
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PA	(19.165)	(23.263)	(4.098)	(27.361)	(8.196)
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PP	39.020	47.349	8.329	55.458	16.438
DEBÊNTURES 8ª EMISSÃO	67.883	75.153	7.270	82.342	14.459
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PA	(22.939)	(25.438)	(2.499)	(27.909)	(4.970)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PP	29.098	35.462	6.364	41.658	12.560
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PA	(17.204)	(19.078)	(1.874)	(20.932)	(3.728)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PP	21.824	26.596	4.772	31.243	9.419
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PA	(28.674)	(31.797)	(3.123)	(34.886)	(6.212)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PP	36.146	44.079	7.933	51.803	15.657
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	29.142	84.420	55.278	130.354	101.212
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PA	(28.534)	(82.661)	(54.127)	(127.638)	(99.104)
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PP	35.521	42.870	7.349	50.026	14.505
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	15.658	45.359	29.701	70.041	54.383
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PA	(15.332)	(44.414)	(29.082)	(68.581)	(53.249)
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PP	19.076	23.086	4.010	26.989	7.913
EFI II - Credit Agreement	5.087	6.061	974	7.034	1.947
ITAU 4131 EFI II SWAP - COELCE PA	(5.087)	(6.061)	(974)	(7.034)	(1.947)
ITAU 4131 EFI II SWAP - COELCE PP	18.021	22.119	4.098	26.108	8.087
<b>Total</b>	<b>283.596</b>	<b>351.645</b>	<b>68.049</b>	<b>416.793</b>	<b>133.197</b>

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

#### **b.4.2) Risco de câmbio**

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar esse risco, em 31 de dezembro de 2022, todas as dívidas mais relevantes na modalidade de 4131 indexadas ao dólar possuem contratos de swap (Dólar para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2022 (em reais).

	<b>31.12.2022</b>
<b>Passivos em moeda estrangeira</b>	
Empréstimos e financiamento	1.959.326
Exposição patrimonial	<b>1.959.326</b>
Ponta ativa - instrumentos financeiros	<b>(1.533.850)</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>425.476</b>

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

**b.4.3) Risco de preço Regulação**

**Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para o repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

**c) Outros riscos**

**c.1) Risco de regulação**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

**c.2) Risco de contratação de energia**

O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**



A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Um fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déicits - MCSD de energia existente e de energia nova.

### **32. Compromissos**

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 4.007.201 em 2023, R\$ 2.561.041 em 2024, R\$ 2.535.583 em 2025, R\$ 2.372.103 em 2026 e R\$ 40.662.016 após 2026.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que foram homologados pela ANEEL.

### **33. Cobertura de seguros**

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Bens Segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2022	31/10/2023	R\$6.946.262	R\$5.186.149
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2022	31/10/2023	R\$0	R\$104.946
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2022	10/11/2023	R\$0	R\$77.618
-	Riscos ambientais	31/10/2022	31/10/2023	N/A	R\$103.723
-	Riscos frota	14/08/2022	14/08/2023	N/A	R\$1.000

- (i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

### **34. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa**

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	2022	2021
Compensações de PIS e COFINS (nota 20)	(323.717)	(290.130)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debentures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



	2022	2021
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(251.002)	(106.436)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(181)	(268)
	<b>(251.183)</b>	<b>(106.704)</b>

**Conciliação das atividades de financiamento:**

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	31.12.2022	31.12.2021	Nº	Descrição
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
Captação de Debêntures	600.000	-	18	Debêntures
Captação de empréstimos e financiamentos	1.930.019	1.870.050	17	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.277.103)	(693.865)	17	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(20.317)	(7.231)	19	Obrigações por arrendamentos
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	(22.816)	105.750	32	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Parcelamento especial	(436)	(1.541)	20	Obrigações fiscais
Pagamentos de dividendos	(140.608)	(199.501)		Conforme demonstrado no quadro a seguir
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>1.068.739</b>	<b>1.073.662</b>		

Quanto aos dividendos, a conciliação é conforme segue:

		Efeito não caixa				Efeito caixa	
31.12.2021		Dividendos adicionais propostos	Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	Juros de Capital próprio	Dividendos pagos	31.12.2022
<b>Dividendos a pagar</b>	<b>171.729</b>	-	(114)	23.976	137.000	(140.608)	<b>191.982</b>

		Efeito não caixa				Efeito caixa	
31.12.2020		Dividendos adicionais propostos	Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	Juros de Capital próprio	Dividendos pagos	31.12.2021
<b>Dividendos a pagar</b>	<b>130.276</b>	109.708	(63)	14.309	117.000	(199.501)	<b>171.729</b>

**35. Revisão tarifária extraordinária**

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 13 de julho de 2022, deliberou sobre a revisão tarifária extraordinária de 2022.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária da Companhia positivo de +10,02%, composto por reajuste econômico de +12,84% e componente financeiro de -2,82%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -3,01%.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



O índice é composto pelos seguintes itens:

<b>Revisão Tarifária Extraordinária 2022</b>	
Encargos Setoriais	3,98%
Custos de Transmissão	-1,04%
Custos de Aquisição de Energia	4,32%
<b>Parcela A</b>	<b>7,26%</b>
<b>parcela B</b>	<b>5,58%</b>
<b>Reajuste Econômico</b>	<b>12,84%</b>
CVA Total	8,28%
Bandeira Escassez Hídrica	-2,18%
Conta Escassez Hídrica	-1,95%
Remanescente escassez hídrica	-1,99%
Ressarcimento de Créditos de Pis/Cofins	-6,31%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	1,32%
<b>Componentes Financeiros</b>	<b>-2,82%</b>
<b>Reajuste Total</b>	<b>10,02%</b>
Efeito da retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior	-13,03%
<b>Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores</b>	<b>-3,01%</b>

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

**(i) Parcela A:** Reajustada em 11,49%, representando 7,26% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais - aumento de 36,62%, representando 3,98% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (USO);
- Energia comprada - aumento de 9,60%, decorre principalmente do aumento dos contratos de disponibilidade de energia nova. Percebe-se também uma significativa contribuição do custo decorrente do contrato bilateral. O aumento do custo da compra de energia representa 4,32% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão - os custos de transmissão tiveram uma variação de -14,25%, correspondendo a um efeito de -1,04% no reajuste econômico. Sobre esse item, destaque para a publicação das Resoluções Homologatórias nº 2.959 e 2.896, ambas de 2021, as quais aprovaram, respectivamente, as novas Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão e as novas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

**(ii) Parcela B:** Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 15,16%, representando uma participação de 5,58% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 14,77%, no período de 12 meses findos em março de 2022; e
- Fator X de -0,39 %, composto por:
  - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +1,17%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
  - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,48%; e

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



- Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -1,09%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

**(iii) Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de -R\$ 193.725, dentre os quais destacamos R\$ 568.258 positivos referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), Sobrecontratação de R\$ 47.892, Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 138.699 e Ressarcimento de Créditos de PIS/COFINS de -R\$ 433.117.

De acordo com o exposto acima, foi homologado o reajuste tarifário anual da Companhia, que conduz um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de -3,01%, sendo de -2,96%, em média para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT) e de -3,02%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão (BT).

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**



**36. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário**

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme comentado na Nota 4, com as informações regulatórias.

Notas	31.12.2022			31.12.2021		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	182.558	-	182.558	204.316	-	204.316
Títulos e valores mobiliários	86.900	-	86.900	80.648	-	80.648
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	36.1 1.712.853	(81.326)	1.631.527	1.606.490	(46.013)	1.560.476
Ativo financeiro setorial	36.2 30.022	406.528	436.550	392.593	-	392.593
Créditos a receber - subvenção e outros.	7.658	-	7.658	78.011	-	78.011
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-	15.208	15.208	136.426	-	136.426
Outros tributos compensáveis	630.970	-	630.970	576.250	-	576.250
Serviços em curso	68.010	-	68.010	61.206	-	61.206
Instrumentos financeiros derivativos	14.364	-	14.364	-	-	-
Outros créditos	116.595	(17.668)	98.927	172.038	(15.886)	156.155
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.849.930</b>	<b>322.742</b>	<b>3.172.672</b>	<b>3.307.978</b>	<b>(61.899)</b>	<b>3.246.081</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	163.578	-	163.578	115.421	-	115.421
Ativo financeiro setorial	36.2 -	96.759	96.759	126.078	-	126.078
Depósitos vinculados	48.011	-	48.011	48.798	-	48.798
Cauções e depósitos	31.969	-	31.969	31.101	-	31.101
Instrumentos financeiros derivativos	15.235	-	15.235	43.594	-	43.594
Outros tributos compensáveis	484.731	-	484.731	654.499	-	654.499
Tributos diferidos	36.3 81.019	467.151	548.170	52.077	365.897	417.974
Benefício fiscal	16.715	-	16.715	21.042	-	21.042
Ativo indenizável (concessão)	36.4 4.939.453	(4.939.453)	-	3.912.580	(3.912.580)	-
Imobilizado	36.5 67.342	8.071.474	8.138.816	80.146	6.990.450	7.070.595
Intangível	36.6 2.294.201	(1.795.975)	498.226	1.969.650	(1.645.420)	324.230
Investimentos	-	5.351	5.351	-	5.363	5.363
Ativos contratuais	37.2 1.317.220	(1.285.698)	31.522	874.887	(858.061)	16.826
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>9.459.474</b>	<b>619.609</b>	<b>10.079.083</b>	<b>7.929.873</b>	<b>945.649</b>	<b>8.875.521</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>12.309.404</b>	<b>942.351</b>	<b>13.251.755</b>	<b>11.237.851</b>	<b>883.750</b>	<b>12.121.602</b>

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



Notas	31.12.2022			31.12.2021		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>Passivo circulante</b>						
Fornecedores	1.374.767	-	1.374.767	1.410.469	-	1.410.469
Empréstimos e financiamentos	1.129.131	-	1.129.131	420.631	-	420.631
Obrigações por arrendamentos	9.959	-	9.959	14.200	(14.200)	-
Debêntures	337.413	-	337.413	371.330	-	371.330
Passivo financeiro setorial	36.2	-	406.528	-	-	-
Salários, provisões e encargos sociais	58.483	-	58.483	48.028	-	48.028
Imposto de renda e contribuição social a pagar	68.064	15.208	83.272	16.284	-	16.284
Outras obrigações fiscais	206.884	-	206.884	233.208	-	233.208
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	429.790	-	429.790	473.748	-	473.748
Dividendos a pagar	191.983	-	191.983	171.729	-	171.729
Encargos setoriais	75.156	-	75.156	98.371	-	98.371
Obrigações com benefícios pós-emprego	1.044	-	1.044	1.338	-	1.338
Instrumentos financeiros derivativos	72.499	-	72.499	28.935	-	28.935
Outras obrigações	207.665	-	207.665	170.921	-	170.922
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>4.162.838</b>	<b>421.736</b>	<b>4.584.574</b>	<b>3.459.487</b>	<b>(14.200)</b>	<b>3.445.288</b>
<b>Passivo não circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	1.766.389	-	1.766.389	1.847.084	-	1.847.084
Debêntures	1.426.179	-	1.426.179	1.082.623	-	1.082.623
Obrigações por arrendamentos	27.640	-	27.640	6.386	(6.386)	-
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	378.607	-	378.607	997.855	-	997.855
Passivo financeiro setorial	36.2	-	96.759	-	-	-
Outras obrigações fiscais	1.971	-	1.971	1.169	-	1.169
Encargos setoriais	19.493	-	19.493	8.036	-	8.036
Obrigações com benefícios pós-emprego	89.346	-	89.346	87.977	-	87.977
Provisões para processos judiciais e outros riscos	232.210	-	232.210	245.047	-	245.047
Tributos diferidos	36.3	-	146.642	-	193.193	193.193
Instrumentos financeiros derivativos	60.849	-	60.849	7.359	-	7.359
Outras obrigações	850	-	850	8.022	-	8.022
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	36.6.3	-	899.387	-	1.053.508	1.053.508
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>4.189.664</b>	<b>1.142.788</b>	<b>5.332.452</b>	<b>4.291.558</b>	<b>1.240.315</b>	<b>5.531.873</b>

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



Notas	Societário			Societário		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	1.085.347	-	1.085.347	914.347	-	914.347
Reservas de capital	358.671	-	358.671	358.671	-	358.671
Reservas de lucros	2.526.721	-	2.526.721	2.220.037	-	2.220.037
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	(13.837)	-	(13.837)	(6.249)	-	(6.249)
Reserva de reavaliação regulatória	-	438.476	438.476	-	341.519	341.519
Prejuízos acumulados	-	(1.060.649)	(1.060.649)	-	(683.884)	(683.884)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.956.902</b>	<b>(622.173)</b>	<b>3.334.729</b>	<b>3.486.806</b>	<b>(342.365)</b>	<b>3.144.441</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12.309.404</b>	<b>942.351</b>	<b>13.251.755</b>	<b>11.237.851</b>	<b>883.750</b>	<b>12.121.602</b>

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



Notas	31.12.2022			31.12.2021		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>Receita / ingresso</b>						
Fornecimento de energia elétrica	8.178.906	-	8.178.906	8.002.776	(69.794)	7.932.982
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	36.7 (41.337)	41.337	-	(27.881)	27.881	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	473.786	-	473.786	366.206	-	366.206
Venda de Energia Excedente - MVE	70.591	-	70.591	248.579	-	248.579
Outras receitas	36.7 720.811	8.531	729.342	608.518	102.677	711.195
Ativos e passivos financeiros setoriais	36.2 660.445	(310.006)	350.439	1.455.569	(779.693)	675.876
Atualização do ativo financeiro	37.1 191.043	(191.044)	-	328.258	(328.258)	-
Receita de construção	37.3 1.958.301	(1.958.301)	-	1.157.874	(1.157.874)	-
	<b>12.212.546</b>	<b>(2.409.483)</b>	<b>9.803.064</b>	<b>12.139.899</b>	<b>(2.205.061)</b>	<b>9.934.838</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>						
Tributos e encargos						
ICMS	(1.872.677)	-	(1.872.677)	(2.022.316)	-	(2.022.316)
PIS-PASEP	(138.653)	-	(138.653)	(147.015)	-	(147.015)
Cofins	(638.646)	-	(638.646)	(677.160)	-	(677.160)
ISS	(6.704)	-	(6.704)	(6.444)	-	(6.444)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>						
Programa de eficiência energética - PEE	(31.615)	(1)	(31.616)	(32.658)	-	(32.658)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(565.767)	-	(565.767)	(357.695)	-	(357.695)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(31.615)	(1)	(31.616)	(32.658)	-	(32.658)
Taxa de fiscalização	(10.330)	-	(10.330)	(7.636)	-	(7.636)
Outros encargos	36.2 (348.233)	348.233	-	(746.810)	746.810	-
	<b>(3.644.240)</b>	<b>348.231</b>	<b>(3.296.009)</b>	<b>(4.030.392)</b>	<b>746.810</b>	<b>(3.283.582)</b>
<b>Receita líquida / ingresso líquido</b>	<b>8.568.306</b>	<b>(2.061.252)</b>	<b>6.507.055</b>	<b>8.109.507</b>	<b>(1.458.251)</b>	<b>6.651.256</b>
<b>Custos não gerenciáveis - parcela "A"</b>						
Energia elétrica comprada para revenda	(3.330.380)	(300.965)	(3.631.345)	(3.650.748)	-	(3.650.748)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(715.625)	300.965	(414.660)	(979.938)	-	(979.938)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	-	-	-	7.136	-	7.136
	<b>(4.046.005)</b>	<b>-</b>	<b>(4.046.005)</b>	<b>(4.623.550)</b>	<b>-</b>	<b>(4.623.550)</b>
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>4.522.301</b>	<b>(2.061.252)</b>	<b>2.461.050</b>	<b>3.485.957</b>	<b>(1.458.251)</b>	<b>2.027.706</b>

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



Notas	31.12.2022			31.12.2021		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>4.522.301</b>	<b>(2.061.252)</b>	<b>2.461.050</b>	<b>3.485.957</b>	<b>(1.458.251)</b>	<b>2.027.706</b>
<b><u>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</u></b>						
Pessoal e administradores	(162.434)	(21.308)	(183.742)	(175.832)	(5.060)	(180.892)
Serviços de terceiros	(617.606)	(105.635)	(723.241)	(557.213)	(22.718)	(579.931)
Material	(36.110)	5.765	(30.345)	(23.735)	(1.666)	(25.401)
Arrendamentos e aluguéis	(17.536)	(1.483)	(19.019)	(6.149)	(7.657)	(13.806)
Seguros	(5.234)	-	(5.234)	(5.693)	-	(5.693)
Doações, contribuições e subvenções	(1.141)	-	(1.141)	(1.447)	-	(1.447)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	<b>36.1</b> (126.179)	(48.507)	(174.686)	(251.531)	36.647	(214.884)
Provisão para processos judiciais e outros	(21.848)	-	(21.848)	(19.700)	-	(19.700)
Tributos	(2.361)	-	(2.361)	(1.821)	-	(1.821)
Depreciação e amortização	<b>36.5.2 / 36.6.2</b> (379.549)	83.774	(295.775)	(316.298)	(22.302)	(338.600)
Outras despesas operacionais	(107.969)	(106.175)	(214.144)	(96.583)	(100.794)	(197.377)
Receita de multa por impontualidade de clientes	<b>36.7</b> 83.914	(83.914)	-	42.075	(42.075)	-
Outras receitas operacionais	<b>36.7</b> 54.998	(46.760)	8.238	5.039	-	5.039
Custo de construção	<b>37.3</b> (1.958.301)	1.958.301	-	(1.157.874)	1.157.874	-
	<b>(3.297.356)</b>	<b>1.634.058</b>	<b>(1.663.298)</b>	<b>(2.566.762)</b>	<b>992.249</b>	<b>(1.574.513)</b>
<b>Resultado da atividade</b>	<b>1.224.945</b>	<b>(427.194)</b>	<b>797.752</b>	<b>919.195</b>	<b>(466.002)</b>	<b>453.193</b>
<b><u>Resultado financeiro</u></b>						
Receitas financeiras	<b>37.4</b> 475.430	83.914	559.344	470.859	42.499	513.358
Despesas financeiras	(895.820)	-	(895.820)	(739.885)	-	(739.885)
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>804.555</b>	<b>(343.280)</b>	<b>461.276</b>	<b>650.169</b>	<b>(423.503)</b>	<b>226.666</b>
Imposto de renda	<b>37.5</b> (99.508)	74.828	(24.680)	(109.905)	100.251	(9.654)
Contribuição social	<b>37.5</b> (64.474)	44.304	(20.170)	(51.677)	38.128	(13.549)
<b>Lucro do exercício</b>	<b>640.573</b>	<b>(224.148)</b>	<b>416.426</b>	<b>488.587</b>	<b>(285.124)</b>	<b>203.463</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



A seguir apresentamos a natureza e as devidas fundamentações dos ajustes apresentados no quadro acima:

**36.1 Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa**

A diferença de GAAP decorre de o fato do Regulador não ter acatado no balancete regulatório os impactos da implementação dos IFRSs vigentes a partir de 01.01.2018, ou seja, do IFRS 9, que resultou em mudanças nos critérios de mensuração da provisão para recuperação de ativos.

O cálculo da PECLD (Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa) no balancete regulatório toma por base as regras constantes no MCSE, que determinam o reconhecimento da provisão para cada morosidade de classe de consumo - tomando por base dados históricos, enquanto que para fins do IFRS 9 a provisão considera dados históricos e expectativas futuras de perda, havendo uma análise individual ou coletiva para determinados perfis ou grupos de clientes.

**36.2 Ativos e passivos regulatórios**

Para fins regulatórios, a Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” é constituída pelo valor de reposição dos custos da Parcela “A” ocorridos em períodos intercalares às datas de reajuste/revisão tarifária por natureza (CVA Energia, Custo de Itapu, Proinfra, Rede Básica, Transporte Itapu, ESS, CDE, CFURH e os demais ativos e passivos regulatórios), sendo a sua classificação contábil apresentada no ativo, quando CVA é credora, e no passivo, quando esta é devedora. Para fins societários, a Companhia, com base no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração reconhece o efeito líquido da CVA tanto em contas patrimoniais como no resultado do período, baseada no fundamento de que a sua realização ocorrerá pelo valor líquido total, independente da natureza.

Em decorrência da entrada em vigor do Despacho nº 4.356/17 que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual redefiniu os registros contábeis aprovados inicialmente no Ofício Circular nº 185/2015, retificado pelo Despacho de Encerramento nº 245/2016 relativos aos repasses recebidos/devidos à CCRBT. Na situação em que haja um repasse à CCRBT pela distribuidora será registrado como encargo do consumidor; na situação em que haja um repasse da CCRBT à concessionária será registrado um direito a receber da CCRBT em Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido. Vale ressaltar que apenas no societário, a Companhia reclassifica o efeito devedor ou credor da bandeira tarifária da CCRBT para a Parcela A.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrava os efeitos da CCRBT da seguinte forma:

- No societário, o repasse recebido/devido à CCRBT, aprovado no Despacho, bem como a proveniente de bandeiras tarifárias, eram registrados como receita CVA, exceto, o valor correspondente a bandeira tarifária que vinha sendo registrado como fornecimento faturado.
- No regulatório, o repasse recebido/devido à CCRBT, aprovado no Despacho, bem como a proveniente de bandeiras tarifárias, eram registrados como receita CVA, exceto, o valor correspondente a bandeira tarifária que vinha sendo registrado como encargo ao consumidor.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



### **36.3 Tributos diferidos**

As diferenças de classificação contábil apresentadas no quadro de reconciliação das demonstrações contábeis societárias para a regulatórias ocasionaram em estornos na constituição de tributos diferidos sobre ágio na incorporação de sociedade controladora e o resultado financeiro do IFRIC 12, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

### **36.4 Ativo financeiro indenizável da concessão**

Para fins societários a Companhia reconhece a expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) tomando por base o laudo de avaliação dos bens vinculados à concessão, acrescido da atualização monetária dos saldos tomando por base a variação mensal do IPCA.

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão (“ICPC 01”), mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

O valor correspondente a parcela indenizável da concessão está classificada como imobilizado ou vinculado a concessão diferentemente do societário que apresenta este montante como um ativo financeiro e não um ativo não monetário.

### **36.5 Imobilizado**

#### **36.5.1. Reavaliação compulsória**

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição (“VNR”) atribuído na reavaliação do ativo pelo Órgão Regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL nº 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a adoção da Lei no 11.638/2007 – conforme disposto no Ativo CPC 27 - Imobilizado. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

#### **36.5.2. Depreciação**

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de depreciação dos ativos que tiveram reavaliação regulatória.

### **36.6 Intangível**

#### **36.6.1 Reavaliação compulsória**

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição – VNR atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL no 396/09.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a adoção da Lei no 11.638/07 – conforme disposto no CPC 04 – Ativo Intangível. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade Societária e regulatória.

#### **36.6.2 Amortização**

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de amortização dos ativos que tiveram reavaliação regulatória.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



**36.6.3 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (“obrigações especiais”)**

As obrigações especiais são créditos especiais vinculados aos investimentos aplicados em ativos vinculados à concessão. As obrigações especiais são amortizadas conforme a taxa média de depreciação do grupo do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos. Nas demonstrações contábeis regulatórias societárias as obrigações especiais são classificadas como redutoras do ativo intangível em serviço. Já nas demonstrações contábeis regulatórias, com base no MCSE e ratificado através do despacho nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL, é requerida a divulgação das obrigações especiais no passivo não circulante.

**36.7 Receita Operacional**

**36.7.1 Efeito CPC 47 (IFRS/15)**

Estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

Após análise detalhada dessas receitas, a Companhia concluiu que elas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando os serviços são efetivamente transferidos ao cliente.

Com base nas análises realizadas, a Companhia concluiu que a adoção desse pronunciamento impactou as suas demonstrações contábeis societárias na classificação das penalidades de seus indicadores individuais de desempenho (DIC, FIC, DMIC e DICRI) que foram reclassificadas de despesa operacional para receita operacional (redutora da receita de TUSD).

Para fins de contabilidade regulatória, esta prática contábil não é adotada, permanecendo os critérios definidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Assim sendo, essa norma não impacta no resultado líquido do período, somente entre receita e despesa operacional, visto que na demonstração regulatória o DIC, FIC, DMIC e DICRI é contabilizado como despesa operacional.

**37. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)**

---

**37.1 Ativo financeiro**

Conforme comentado na Nota 36.4, no regulatório não é constituído o ativo financeiro da concessão estando este montante refletido no valor residual dos bens vinculados a concessão no imobilizado/intangível, já para fins do ICPC 01 este montante deve ser reclassificado para um ativo financeiro devido a sua natureza contábil de conversibilidade em caixa ao final da concessão (indenização).



### **37.2 Ativo intangível**

Conforme comentado na Nota 36.6, no Regulatório os bens vinculados a concessão estão classificados no Imobilizado ou Intangível a depender da classificação do bem ser tangível ou intangível. Contudo, para fins de ICPC 01, o valor dos bens vinculados a concessão passa a ser considerados com um direito de cobrar dos clientes usuários do serviço de distribuição objeto do contrato de concessão ou do órgão regulador a remuneração do custo de construção e manutenção desses ativos.

### **37.3 Receita e custo de construção (resultado)**

Para fins societários, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica em atendimento ao CPC 17 (R1) - Contratos (serviços de construção ou melhoria). A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

No que tange à contabilidade regulatória tal prática não foi recepcionada pela ANEEL, que não reconhece ser os custos do investimento, custo e receita de construção.

### **37.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)**

A atualização monetária do ativo financeiro constituído no societário, toma por base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). O critério de atualização monetária comentado seguiu as orientações da Resolução Normativa nº 686 de 23 de novembro de 2015, que dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá ser atualizada pelo pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual.

### **37.5 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)**

Conforme comentado na Nota 36.3 os ajustes entre as demonstrações do resultado societária com a regulatória são decorrentes de mudanças no resultado do exercício, como a do IFRIC 12, tendo ocasionados mudanças na apuração dos tributos diferidos. A base de cálculo desses tributos tem apenas sua evidenciação na contabilidade societária, pois não fora recepcionada pelo órgão regulador, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

### **37.6 Benefício do ágio**

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

O registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. Para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Conforme MCSE, o referido valor é apresentado como "Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica".

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



### 38. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Notas	31.12.2022	31.12.2021
Patrimônio líquido societário	3.956.902	3.486.806
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Adoção da PDD segundo os critérios do IFRS 9	36.1 (80.408)	(45.699)
Tributos sobre a adoção do IFRS 9	36.3 27.339	15.537
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	36.4 (1.249.857)	(872.289)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (ICPC 01)	36.3 424.950	294.159
Ajustes ICPC 01 - Efeito bifurcação	37.1 / 37.2 (306.413)	(145.264)
Tributo sobre ajuste ICPC 01 - Efeito bifurcação	36.3 104.180	49.390
Reavaliação regulatória compulsória	36.5.1 693.998	547.099
Tributo sobre reavaliação regulatória compulsória	36.3 (235.962)	(186.014)
Adoção dos arrendamentos segundo os critérios do IFRS 16	-	1.085
Tributos sobre arrendamentos- IFRS 16	-	(369)
Patrimônio líquido regulatório	3.334.729	3.144.441

### 39. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

Notas	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido societário	640.573	488.587
Efeito dos Ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Adoção da PDD segundo os critérios do IFRS 9	36.1 (34.710)	36.646
Tributos sobre a adoção do IFRS 9	36.3 11.801	(15.655)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	36.4 (191.044)	(328.258)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (ICPC 01)	36.3 64.982	113.156
Ajustes ICPC 01 - Efeito bifurcação	37.1 / 37.2 (164.646)	(75.640)
Tributo sobre ajuste ICPC 01 - Efeito bifurcação	36.3 55.980	28.117
Reavaliação regulatória compulsória	36.5.1 47.121	(55.722)
Tributos sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória	36.3 (13.631)	12.581
Adoção dos arrendamentos segundo os critérios do IFRS 16	-	(529)
Tributos sobre arrendamentos - IFRS 16	-	180
Lucro líquido regulatório	416.426	203.463

O detalhamento acerca destas variações encontra-se comentado na Nota 36.

### 40. Eventos subsequentes

#### 40.1 Novo contrato de mútuo

Em 3 de janeiro de 2023, a Companhia com necessidade de capital de giro captou nova operação de mútuo com a Enel Finance no montante de R\$ 508.182. O desembolso ocorreu no dia 6 de janeiro de 2023 e a operação possui vencimento em 6 de fevereiro de 2023 a uma taxa de EUR + 4,00% a.a.

#### 40.2 Novo contrato de instrumento financeiro derivativo (SWAP)

Em 2 de janeiro de 2023, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia ao índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de EUR + 4,00% a.a. para CDI + 1,44% a.a. O SWAP tem vigência com início em 6 de janeiro de 2023 e vencimento em 6 de fevereiro de 2023.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



**40.3 Nova emissão de debêntures**

Em 4 de janeiro de 2023, a Companhia visando o reperfilamento de dívidas, fechou a proposta da emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 950.000. O desembolso da operação ocorreu em 11 de janeiro de 2023, a uma taxa de CDI + 1,48% a.a. e vencimento em 10 de janeiro de 2026.

**40.4 Decisão STF – Coisa Julgada**

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

**40.5 Novo contrato de mútuo**

Em 15 de março de 2023, a Companhia com necessidade de capital de giro captou nova operação de mútuo com a Enel Brasil no montante de R\$ 90.507. O desembolso ocorreu no dia 15 de março de 2023 e a operação possui vencimento em 28 de abril de 2023 a uma taxa de CDI + 1,10% a.a.

**40.6 Novo contrato de mútuo**

Em 27 de março de 2023, a Companhia com necessidade de capital de giro captou nova operação de mútuo com a Enel Brasil no montante de R\$ 106.545. O desembolso ocorreu no dia 27 de março de 2023 e a operação possui vencimento em 28 de abril de 2023 a uma taxa de CDI + 1,10% a.a.

**40.7 Revisão Tarifária Periódica 2023**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 18 de abril, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2023 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2023, Resolução Homologatória nº 3.185/2023.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia positivo de +3,06% composto por reajuste econômico de +2,71% e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +3,52%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +3,06%.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



O índice é composto pelos seguintes itens:

Revisão Tarifária	
Encargos Setoriais	-0,14%
Energia Comprada	1,84%
Encargos de Transmissão	1,23%
Parcela A	2,93%
Parcela B	-0,21%
Revisão Econômica	2,71%
CVA Total	-1,37%
Outros Itens Financeiros	-1,81%
Revisão Financeira	-3,17%
Revisão Total	-0,46%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	+3,52%
Efeito para o consumidor	3,06%

#### Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi revisada em 4,7%, representando 2,93% na revisão econômica com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 921 milhões. Uma queda de -1,1%, representando -0,14% na revisão econômica em função principalmente do encargo PROINFA (-12,3%);
- Energia Comprada: R\$ 3.262 milhões. O aumento de 4,30% decorre principalmente do aumento do custo unitário de contratos de Energia Nova e Alternativa – modalidade CCEAR por disponibilidade. O custo de compra de energia representa 1,84% na revisão econômica, e;
- Encargos de Transmissão: R\$ 537 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de 19,9%, correspondendo a um efeito de 1,23% no reajuste econômico.

#### Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi revisada em -0,6%, representando uma participação de -0,21% na revisão econômica, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 0,17% no período de 12 meses findos em março de 2023; e
- Fator X de -0,30%, composto por:
  - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 0%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel RJ;
  - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,296%; e

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)**



- Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0%.

**Componentes Financeiros**

Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante negativo de R\$ 230.618, dentre os quais destacam-se: R\$ 99.257 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”); negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 136.127; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 419.351; sendo estes valores parcialmente compensados por componentes de reversão da bandeira escassez hídrica positivo de R\$ 169.425; e previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 175.979.

A revisão tarifária média de +3,06% a ser percebida pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	-3,77%
Baixa Tensão	5,51%
Efeito Médio	3,06%

## **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias 2022**

Os Diretores da Companhia energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Fortaleza, 19 de abril de 2023.

**Márcia Sandra Roque Vieira Silva**  
Diretora Presidente

**Teobaldo José Cavalcante Leal**  
Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores

**Alain Rosolino**  
Diretor de Pessoas e Organização

**José Nunes de Almeida Neto**  
Diretor de Relações Institucionais

**Janaina Savino Vilella Carro**  
Diretora de Comunicação

**Charles d' Capdeville**  
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

**Ana Claudia Gonçalves Rebello**  
Diretora Jurídica

**Fernando Andrade**  
Diretor de Engenharia e Construção

**Luiz Flavio Xavier de Sá**  
Diretor de Mercado



## TERMO DE RESPONSABILIDADE – Demonstração Contábil Regulatória

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Fortaleza, 19 de abril de 2023.

Concessionária: Companhia energética do Ceará

Aprovado por MARCIA SANDRA  
ROQUE VIEIRA SILVA

em 19/04/2023 às 18:38:00 BRT  
**Marcia Sandra Roque Vieira Silva**  
Diretora Presidente

Aprovado por TEOBALDO JOSE  
CAVALCANTE LEAL

em 19/04/2023 às 21:57:41 CEST  
**Teobaldo José Cavalcante Leal**  
Diretor Financeiro e de Relações com  
Investidores; Diretor Administrativo e de  
Planejamento e Controle

Aprovado por MARA AYESHA LOPEZ  
BERRIOS

em 19/04/2023 às 18:38:00 BRT  
**Mara Ayesha Lopez Berrios**  
Responsável da Administração  
CPF: 065.618.827-84

Aprovado por ALAN DOS REIS  
SANTOS

em 19/04/2023 às 15:32:56 BRT  
**Alan dos Reis Santos**  
Contador  
CRC 1SP244288

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

*Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:*

X – fornecer informação falsa à ANEEL;

CODIGO PENAL

*Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.*

*Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.*